

-----ATA N.º 12 -----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de 2020, pelas 18.30h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício do Teatro Cine de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 23/AM/2020 - Informação COVID-19 - Eventual participação da Autoridade de Saúde;-----

-----2 - Proposta n.º 64/CM/2020 - Documentos Previsionais para 2021 do Município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

-----3 - Proposta n.º 65/CM/2020 - Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----4 - Proposta n.º 66/CM/2020 - Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais;-----

-----5 - Proposta n.º 67/CM/2020 - Proposta de Regulamento Municipal da Instrução de Processos em Formato Digital;-----

-----6 - Proposta n.º 68/CM/2020 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Atribuição das Medalhas Municipais;-----

-----7 - Proposta n.º 24/AM/2020 – Proposta de Clarificação dos Conceitos de “Sessão” e “Reunião” da Assembleia Municipal;-----

-----8 - Proposta n.º 25/AM/2020 - Votos, moções e recomendações;-----

-----9 - Proposta n.º 26/AM/2020 - Informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

----- Informação sobre competências delegadas:-----

-----9.1 - Proposta n.º 27/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018);-----

-----9.2 - Proposta n.º 28/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

-----10 - Proposta n.º 69/CM/2020 - 1.ª Adenda ao protocolo de cooperação com o Centro Hospitalar do Oeste;-----

-----11 - Proposta n.º 70/CM/2020 - Proposta de Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras;-----

----- 12 - Proposta n.º 71/CM/2020 - Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04 – Freguesia da Freiria – Gestão e Manutenção de Espaços Verdes;-----

----- 13 - Autorização para repartição de encargos:-----

----- 13.1 - Proposta n.º 72/CM/2020 - Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão especial (bte) e média tensão (mt) das escolas do concelho decorrente da descentralização;-----

----- 13.2 - Proposta n.º 73/CM/2020 - Empreitada, em lotes, para reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras;-----

----- 13.3 - Proposta n.º 74/CM/2020 - Empreitada por lotes para construção de ponte e rotunda de acesso, em A-dos-Cunhados e construção de pontão em Fonte Grada;-----

----- 13.4 - Proposta n.º 75/CM/2020 - Empreitada, em lotes, para requalificação da EM 563 entre Campelos e Cabeça Gorda;-----

----- 13.5 - Proposta n.º 76/CM/2020 - Empreitada de reabilitação de corredor ecológico Sizandro-Conquinha;-----

----- 13.6 - Proposta n.º 77/CM/2020 - Empreitada de reabilitação de edifício da Azenha da Ponte para Núcleo Museológico;-----

----- 13.7 - Proposta n.º 78/CM/2020 - Fornecimento contínuo com transporte de tout-venant;-----

----- 14 - Proposta n.º 79/CM/2020 - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal - Processo de obras OP/308/2009 – requerimento OP/8419/2020 - Adega Mãe - Sociedade Agrícola, Lda. – alteração de edificação existente destinada a indústria transformadora – agroindústria (adega) - Casal da Cheira – Fernandinho - Freguesia de Ventosa. -----

----- Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis,

Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

-----Faltou a deputada municipal Ana Paula Santos Mota e o presidente de junta Francisco Martins e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 12.º do Regimento foi considerado faltoso o deputado municipal António Martins Moreira que se ausentou definitivamente antes do termo da sessão. -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Cláudia Horta Ferreira-----

-----Face ao agravar das condições pandémicas a realização pública da presente sessão foi suspensa, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da Assembleia Municipal.

-----O **presidente da mesa** começou por informar o plenário que tinha chegado à mesa um pedido por parte da Câmara Municipal para retirar o ponto 13.1, um pedido de aditamento à ordem de trabalhos que no devido tempo colocaria à admissibilidade ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação e ainda que seria dada a palavra ao delegado de saúde pública assim que chegasse, alterando para o efeito a ordem de trabalhos, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo o documento sido numerado e rubricado, o qual irá ficar arquivado em pasta própria, anexa ao livro de atas.-----

-----Anota-se que foram numerados documentos 3 que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail do grupo parlamentar do PCP, de 20/11/2020, a dar conhecimento que requereu a apreciação paramentar do Decreto-lei n.º 92/2020, de 23/10 que altera o regime geral da gestão de resíduos.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail do grupo parlamentar do PCP, de 17/11/2020, a dar conhecimento das propostas apresentadas no âmbito da discussão do orçamento de estado para 2021, na área do poder local com o objetivo de reforçar a sua autonomia e salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro das autarquias locais.-----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL**

**REDAÇÃO:**-----

DOCUMENTO 3: -----

-----E-mail de Leonor Marinheiro a solicitar a sua substituição por motivos de saúde. -----

-----Encontrava-se presente em sua substituição Artur Narciso. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

**1 - PROPOSTA N.º 23/AM/2020 - INFORMAÇÃO COVID-19 - EVENTUAL PARTICIPAÇÃO DA**

**AUTORIDADE DE SAÚDE:**-----

-----O Delegado de Saúde Pública do ACES Oeste Sul, **Dr. Nuno Rodrigues**, sobre a situação epidémica do concelho, informou que Torres Vedras está desde o dia 9 de dezembro nos concelhos de risco muito elevado, o que traduz a atividade epidémica dos 14 dias anteriores, e que reflete que têm transmissão comunitária em todos os contextos possíveis de transmissão: laboral, social e também nos lares.-----

-----Realçou que no *cluster* maior que têm acompanhado, que a nível de saúde pública foi considerado um surto alargado em trabalhadores de várias empresas agrícolas na região de A-dos-Cunhados, ainda existem cadeias de transmissão ativas que estão a ser vigiadas, e que ultrapassou largamente em número de infetados o Lar de Nossa Senhora da Luz em agosto, com consequências visíveis e efeitos comunitários. Referiu que estão a tentar controlar os efeitos da disseminação desse surto, para identificar as cadeias de transmissão.-----

-----Acha que os piores 15 dias já passaram, tendo registado 343 casos, mas à exceção da segunda quinzena de novembro nunca tinham tido tantos casos o que significa que a atividade epidemiológica está a diminuir mas ainda é muito elevada e de alto risco. Contudo nesta fase o governo optou só por implementar medidas a partir dos 480 casos, embora a sua equipa entenda que seria melhor a partir dos 240 casos pois viabilizaria a conjugação entre não terem crescimento exponencial e controlar melhor, mas tem que se reger pelas medidas a nível nacional e procurar dar respostas dentro das capacidades da sua equipa, mas também contando com o apoio da Câmara Municipal, que cedeu dois funcionários para os ajudar diariamente a fazer os contactos, libertando os profissionais de saúde pública para tarefas mais complexas como realização dos inquéritos epidemiológicos. Nesta fase também estão a ser formadas equipas do exército e contarão com o seu apoio à distância já a partir de quarta-feira, para garantir resposta mais atempada, de preferência no próprio dia. -----

-----Continuou indicando que este surto dos trabalhadores agrícolas é um problema complexo ainda com algumas cadeias de transmissão, tendo complicado no início a dificuldade da língua em 1/3 dos

casos, aproveitando para apelar que reflitam sobre o que pode ser melhorado em termos de prevenção. Estas pessoas existem e são muitas, são um problema relevante e global para o qual têm que ter capacidade para dar resposta e apoiar e apela que possa ser discutido sem partidarismo sendo a Assembleia Municipal o palco para isso mesmo. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* endereçou uma saudação especial ao Dr. Nuno Rodrigues que mais uma vez vem ao plenário para os esclarecer, esclarecimentos que são sempre muito bem-vindos porque são desassombrados e frontais e até porque fez uma referência importante de não se deixarem contaminar por questões políticas/partidários o que pensa ser fundamental. -----

----Aproveitando a sua presença, e por conhecimento pessoal do trabalho extremamente importante que a autoridade de saúde tem desenvolvido, nomeadamente, junto das escolas, deu nota que não tem havido contágios ativos no interior entre alunos, o que certamente resulta em larga medida do trabalho de proximidade que está a ser feito também pelo Dr. Ricardo Sá com os agrupamentos, uma medida que responde a uma necessidade premente que tinham junto das escolas e está a funcionar muito bem até à data. -----

----Tendo em conta que neste momento estão nos concelhos de risco elevado, sendo provável que na próxima avaliação mantenham este estatuto, o que significa mais restrições para as pessoas e para as empresas, sem esquecer que o Natal está à porta e estão a tentar transmitir uma mensagem que são necessários sacrifícios este ano, para que para o próximo não haja lugares vazios à mesa, daí que, questiona porque lhe parece um contrassenso ter sido instalado um quiosque para vender *merchadising* do Carnaval e de ter lido no relatório entregue hoje, que vai ser solicitado à DGS um parecer relativamente à realização de pelo menos três eventos no Carnaval com lotação limitada, e se lhe parece ajustado ao dia de hoje haver esse tipo de posicionamento por parte da Câmara Municipal.-----

----O *deputado municipal João Pedro Gomes* também felicitou a presença do Dr. Nuno hoje pois considera muito importante esclarecer os eleitos locais do que realmente tem sido feito no âmbito da prevenção e da mitigação, mostrando-se extremamente preocupado com o número de casos positivos, se bem que tenha havido uma descida, que se espera sustentada, mas que os colocam no patamar de risco muito elevado de transmissão, concordando que não se devem deixar levar por questões políticas e que devem trabalhar unidos no sentido de resolver os problemas. -----

----Assim questionou qual o contexto das infeções, quais as medidas que entende que devem ser reforçadas e quais os meios que necessitam de ser reforçados.-----

----A *deputada municipal Susana Neves* também agradeceu a presença do delegado de saúde pública e todo o trabalho que tem realizado no combate a esta pandemia, reiterando a importância

de todas as informações que acabou de lhes transmitir. -----

-----Reportando-se ao plano de vacinação da COVID-19 questionou se começa a ter alguma ideia ou sensação de que este plano possa ter reações menos positivas a nível dos profissionais de saúde ou outros profissionais, ou seja os efeitos secundários na respetiva toma.-----

-----Manifestou preocupação pela orientação publicada no dia 21 novembro relativa à admissão de novos utentes na estrutura de lar, nas estruturas de acolhimento, nos apoios domiciliários, nas estruturas de cuidados continuados e também cuidados continuados pediátricos que refere que o doente que tem COVID fica dispensado de fazer o teste laboratorial à admissão no decurso do diagnóstico de 90 dias, e ainda que os residentes autónomos com autorização de saída inferior a 24h não têm necessidade na sua reentrada de realizar o teste. Tem recebido algumas preocupações de colegas diretoras técnicas de lares que tem recebido pedidos de residente para passarem o dia de Natal com as suas famílias, parecendo-lhe um pedido lógico, no entanto, face ao que disse, se terá ou não impacto menos positivo para os tais *clusters* que referiu. -----

-----O **Dr. Nuno Henriques**, quanto ao Carnaval disse não ter conhecimento dos aludidos eventos mas se decorrerem com as regras que estão vigor, serão como outros quaisquer e podem realizar-se, todavia têm que ter em conta que é espetável que tenham uma 3.<sup>a</sup> onda em janeiro, com consequências que ainda desconhecem, e também não tem dúvidas que o país entrou em estado de emergência porque teve mesmo de entrar e que estas medidas nos concelhos de risco muito elevado e extremamente elevados funcionaram, pois as curvas epidémicas estão a diminuir, quando na região centro, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo estão a subir.-----

-----Lembrou que a Alemanha também vai entrar em confinamento até janeiro, e não há duvidas que funciona, não é bom, mas tem que ser porque há limites de capacidade de resposta da saúde.

-----A questão dos trabalhadores agrícolas aloja um problema complexo de resolver, que no seu entender tem que ser resolvido por todos, não sendo de fácil resolução se atentarem que, com as condições existentes o vírus vai-se disseminar porque encontra um ambiente excelente para o efeito. A autoridade de saúde não tem soluções mágicas, e se gostam de dizer que Torres Vedras alimenta a zona de Lisboa com os seus hortícolas e frutícolas, também têm que saber que isso acarreta outros problemas que ficaram bem evidentes ao ficarem todos confinados o fim de semana transato, sendo essa a razão do seu apelo.-----

-----Em relação aos meios da sua equipa, informou que têm vindo a ser reforçados precisamente para dar resposta, mas a formação leva o seu tempo, para além disso os funcionários da autarquia que estão a colaborar estão em rotatividade nos seus trabalhos. Referiu que havendo a possibilidade no estado de emergência, foi uma opção sua recrutar pessoas, recrutar o exército, para ter equipas

estáveis e poder dar resposta a este aumento exponencial de casos, e nesse aspeto a autoridade de saúde do concelho tem correspondido, pois já voltaram a ter os inquéritos em dia. -----

-----Abordando a questão sobre o plano vacinação, informou que a vacina tem poucos efeitos secundários e é segura como a grande maioria de vacinas. Os profissionais de saúde confiam nestas vacinas, no entanto fez notar que só agora estão a ser feitos os estudos para saber se a pessoa vacinada for infetada é transmissível ou não, daí em termos de saúde pública, continuarem a ter necessidade de manter o afastamento e o uso de máscara, até estes estudos estarem concluídos e até a grande maioria da população ser vacinada.-----

-----Relativamente à orientação 9/2020 da DGS, atualizada em 21/11/2020 no que se refere ao doente que tem COVID ficar dispensado de fazer o teste laboratorial à admissão no decurso do diagnóstico de 90 dias, informou que faz sentido porque já tem estudos, contudo no que se refere à não obrigatoriedade de isolamento de 14 dias, após a realização de atividades fora da instituição por períodos inferiores a 24 horas, interpretou no sentido de ser só para saídas para cuidados de saúde mas não se destina a eventos sociais, a não ser que queiram que tenha surtos em todos os lares.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* também aproveitou para agradecer o trabalho que o Dr. Ricardo Sá tem feito pelo concelho em ambiente escolar, pois na qualidade de diretor de uma escola, pode testemunhar que até ao fim de semana estão em funcionamento, tendo testado este fim de semana um conjunto de alunos. -----

-----Aflorou também a questão do Carnaval 2021 dizendo que é necessário ter em conta que com este evento em Torres Vedras cria-se euforia e defendendo que devem ter cuidado e não propiciar eventos pontuais para depois defraudar os demais cidadãos que poderão estar confinados e não poderem extravasar as suas emoções.-----

-----Tendo em mente o Natal e que no próximo fim-de-semana poderão surgir contágios, opinou que estão a tempo de fazer uma campanha para além do *site* da autarquia e dos boletins diários, aproveitando para dar nota que no dia anterior esteve num supermercado onde verificou um grande aglomerado de pessoas nas filas, pensando que seria importante sensibilizar para que haja cuidado e seria relevante se pudessem ter uma atitude proactiva local, para que depois possam estar juntos no dia 24 para celebrar o Natal.-----

-----Por último agradeceu o trabalho exaustivo do delegado de saúde e inquiriu se esta baixa de testes positivos tem a ver com testar menos, não só no concelho, mas genericamente e ainda se estes mil e tal casos que tiveram hoje, poderá ser um fator determinante. -----

-----Expressando uma saudação especial ao Dr. Nuno Rodrigues por mais uma vez estar presente

o *deputado municipal Sérgio Jacinto* pegando nas palavras do colega que o antecedeu, questionou sobre a perceção do delegado de saúde pública acerca do fecho dos espaços comerciais às 13h e se não considera que poderá ser contraproducente na medida em que estando abertos durante menos tempo se não motiva que as pessoas ocorram aos mesmos quase numa espécie de aflição e fazer as tais filas e os tais acessos nada recomendáveis nesta altura.-----

-----Continuando também questionou se o facto de estarem agora a evoluir para administração mundial da vacina com várias farmacêuticas a darem o seu contributo, não considera que isso poderá ser o início de um longo caminho, até à descoberta de um antibiótico ou do equivalente ao paracetamol na chamada gripe. -----

-----Relativamente ao CHO, tendo tido noticia que terá havido recentemente um surto nos profissionais de saúde e atendendo a que o concelho está em risco elevado, até que ponto não poderá ser ainda mais preocupante e mais gravoso para todos com os recursos já limitados.

-----Por último fez notar que esta pandemia os apanhou a todos completamente desprevenidos e por altura do Verão considerava-se que a pandemia estaria controlada, ou em vias de se dissipar, mas verificou-se recentemente uma 2ª vaga, para a qual não teriam sido apanhados tão desprevenidos como na 1ª mas ainda assim, sem o planeamento eventualmente adequado e por isso têm tido graves problemas de letalidade, de infeção e disseminação da doença, questionando o que está a ser feito para prevenir a tal 3.ª vaga que hoje já referiu, expetável para janeiro/fevereiro.

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* saudou o ilustre convidado e desde logo deu nota que ainda nessa tarde teve informação sobre algumas situações que os devem preocupar a todos referindo-se concretamente a uma ambulância que esteve em espera cerca de 2 horas para um doente entrar na urgência COVID-19 no hospital de Torres Vedras e um outro que teve de ir para Setúbal. Para além disso sabem que estão hospitais centrais a recusar doentes e que estão exaustos e desanimados, não só as equipas de saúde mas também os bombeiros. -----

-----Lembrou que a primeira vez que falaram deste assunto foi há quase 9 meses, concretamente no dia 3 março e se mais tarde viviam nas condecorações, já perceberam que nem ao meio chegaram, e por conseguinte todos concordarão com medidas que sejam implementadas para acautelar. Nesse sentido sugeriu a possibilidade da Câmara Municipal criar sistemas de reutilização/reciclagem de máscara, para implementar juntamente com as escolas e não só, pois começam a ver muitas máscaras no chão, as quais podem propiciar de forma involuntária a transmissão do vírus. -----

-----De novo no uso da palavra o *Dr. Nuno Rodrigues* disse que a capacidade de teste em Torres Vedras neste momento está adequada à procura e com capacidade de aumentar, e que em relação



aos dados que estão a ser publicados, serão os corretos pois traduzem de facto uma redução progressiva da incidência na região norte. Deu igualmente nota que neste momento é difícil fazer a gestão dos testes rápidos de antigénio, que são feitos em múltiplos sítios mas muitos não estão registados no sistema e Torres Vedras também tem casos desses. Estes testes são uteis porque permitem que atuem mais rapidamente mas a forma como chegam à autoridade de saúde para fazer o rastreio é complexa.-----

-----No que se refere à concentração de pessoas, considerou que é uma situação expetável como consequência da forma como esta medida está implementada, que aumenta o risco de transmissão, e que o preocupa sobretudo nas grandes superfícies comerciais onde há maior acumulação de pessoas, um risco que todos devem evitar, em todos os setores da sociedade.-----

-----No tocante à vacina assinalou que a distribuição vai ser relativamente lenta, uma vez que há muita procura, há falta de componentes e é um processo complexo que precisa de uma logística impressionante, no entanto sabe que antibiótico não vai haver porque estão a lidar com um vírus, mas podem aparecer medicamentos novos, tendo presente que a ciência vai evoluindo pelo que esperam sempre que haja bons desenvolvimentos nessa vertente.-----

-----Endereçando a questão do planeamento da 3.ª vaga informou que neste momento, nos países ocidentais da europa, em termos de resposta de saúde pública só existe o confinamento para não atingir níveis desastrosos, por isso acha que voltar ao normal só quando houver uma vacina, até lá vão controlando os danos, mas vai ser um controlo de danos permanente para possibilitar que a maioria da população tenha uma vida relativamente normal a trabalhar, até haver uma solução, que será uma solução importante, mas não será o fim do Sars cov 2.-----

-----No que respeita às ambulâncias à espera, frisou que não se verificou só em Torres Vedras, e resulta do elevado número de doentes, que ainda é ascendente na região de Lisboa e Vale do Tejo, e quanto à transferência de doentes para outros hospitais, lembrou que no hospital da cidade não existe UCI e o hospital de Setúbal tem, e sobre a reutilização das mascaras, desde que os processos sejam feitos acha uma boa medida.-----

-----Relativamente aos profissionais de saúde deu nota que não há nenhum surto relevante pois neste momento têm apenas 4 pessoas do hospital de Torres Vedras isolados sendo a situação mais preocupante em Peniche e nas Caldas.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* expressou também um cumprimento muito especial ao delegado de saúde pública do concelho sabendo que os momentos que vivem são difíceis a exemplo de outros concelhos de Portugal.-----

-----Começou a sua intervenção aludindo ao relatório do COVID-19 que recebeu às 17.38h com 139

páginas e que não teve tempo para ler, o que não deixa de ser estranho, já que faz parte de um trabalho continuado. -----

-----Disse que ouviu muito atentamente sobre as explorações agrícolas no concelho, que têm centenas de trabalhadores, tendo estado numa delas por razões profissionais, onde viu a proximidade que o Dr. Nuno Rodrigues também constatou, e atento o facto de ter referido que os meios técnicos estão a ser aumentados e melhorados, falou na hipótese de ter equipas do exército, ao exemplo do que aconteceu em março e abril, em que Torres Vedras se preparou com 2 hipotéticos hospitais de campanha, e ainda sabendo que poderá haver em janeiro um novo pico, se faz sentido a autarquia preparar-se com os mesmos meios de então. -----

-----Depois de um cumprimento especial ao Dr. Nuno Rodrigues a *deputada municipal Dina Almeida* salientou que a pandemia causada pela doença COVID-19 é um assunto que os preocupa a todos, a situação do concelho preocupa a todos e aos torrienses principalmente, mas também não deixou de ficar preocupada com a parte inicial da intervenção, quando, referindo-se aos surtos das explorações agrícolas, disse que esta Assembleia Municipal pode ser o palco indicado para ajudar a minimizar o problema, questionando se nessas explorações se verifica o uso obrigatório de máscara, durante o horário laboral. -----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* agradeceu a presença do delegado que os tem esclarecido de modo fácil de entender, mas a sua intervenção tinha como interlocutor o presidente da Câmara e se na sua intervenção disse que se tem que ultrapassar a questão política, no seu entender é uma questão política, sendo essa a razão do plenário estar reunido e nesta sequência gostaria de ser elucidada sobre as medidas que o edil vai tomar relativamente a esses trabalhadores, se são imigrantes ilegais, quais as condições em que vivem, como vão passar a viver, ou seja, qual vai ser a partir de agora a atuação da Câmara Municipal quanto aos trabalhadores e aos donos das empresas, já que não seria segredo as condições em que viviam. -----

-----No que se refere à questão de preparar os mesmos meios o *delegado de saúde pública* anotou que o hospital de campanha neste momento parece não ser necessário, havendo agora no SNS uma maior capacidade de resposta e mecanismos legais para acionar os hospitais privados, mas faz na mesma sentido terem os locais necessários para isolamento das pessoas e nessa condição e fruto de um grande esforço que fizeram, estão neste momento várias pessoas no Centro Espiritual do Turcifal, por onde já passaram algumas dezenas, inclusive com pedidos de outras autarquias, porque é mais próximo, em vez de irem parar à base naval do Alfeite -. -----

-----Acrescentou que o que pediu é de facto uma questão política, mas também é um problema grave e complexo para o qual solicitou algum consenso suprapartidário, pois eles usam máscara em

situação laboral mas o problema surge em contexto habitacional, onde umas empresas responsabilizam-se mais do que outras.-----

-----Por último assinalou que neste momento têm de fazer a dieta social, se pensarem que faltam 10 dias para o Natal e tudo que fizerem nestes 10 dias irá refletir-se à mesa de Natal, apelando que todos cumpram as medidas de restrição de contactos, e que tenham muito cuidado no local de trabalho que tem sido um dos principais fatores de transmissão. -----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** para dar nota do que têm sido 9 meses intensos de muito trabalho de um conjunto de cidadãos que deu o seu melhor no controlo e no combate à covid-19 no território, nomeadamente aqueles que estão na linha da frente, que foram homenageados e mais uma vez homenageou, assim como já o fez publicamente na pessoa do Dr. Nuno Rodrigues, todos os profissionais de saúde.-----

-----Prosseguiu dizendo que de início, quando ainda não tinham muito conhecimento do vírus com que estavam a lidar, tomaram as medidas que acharam mais adequadas em função do contexto evolutivo e ouvindo os especialistas, atuando sempre em contexto preventivo. Face à evolução da pandemia e ouvindo a autoridade de saúde desde a primeira hora perceberam que tinham de contratar o Dr. Ricardo Sá que tem feito a ponte entre todos os agrupamentos de escolas do concelho e a autoridade de saúde informando que à data têm 11 turmas em isolamento, em mais de 500. -----

-----Acrescentou que a partir do momento em que o país desconfinou tiveram a perceção que viria uma 2.ª vaga e em Torres Vedras têm sido muito incisivos desde logo num trabalho de cooperação com a IPSS, com vista àqueles que na 1.ª linha trabalham com os mais vulneráveis, os idosos.-----

----- Disse ainda que também no trabalho com as empresas em geral e as agrícolas em particular, foram ao pormenor de produzir folhetos em múltiplas línguas em função das origens dos mesmos para os ir sensibilizando, mas nesta 2.ª vaga a situação agravou-se. Tiveram um surto, e estão a desenvolver a estratégia local de habitação onde um dos capítulos prevê o levantamento de necessidades para em estreita cooperação com as empresas superar esta dificuldade, que existe, com vista a promover habitações condignas, lembrando que quando se fala em trabalhadores sazonais na agricultura, tem que se ter em conta que os produtos são sazonais, mas os trabalhadores trabalham 365 dias no ano. -----

----- Prosseguiu dizendo que nas próximas duas semanas de redução de horários, nomeadamente nos dois próximos fins-de-semana, poderão ter mais resultados positivos, pelo que vão sensibilizar e fiscalizar estas restrições junto da comunidade, lembrando que vão entrar num período difícil, durante o qual é tradição juntar a família, mas têm que reduzir contactos para reduzir

significativamente os números de casos que existem ao dia de hoje.-----

-----Assinalou que os hospitais estão a trabalhar em rede e os doentes são encaminhados para as unidades hospitalares disponíveis, considerando ser necessário dar confiança ao SNS e aos profissionais de saúde e ir colmatando problema após problema, encontrando os melhores mecanismos para superar dificuldades de escassez de meios. -----

----- Por ultimo deu nota que o Carnaval é um assunto que está na esfera da DGS e sobre o qual conversará com o delegado de saúde do concelho se assim se justificar, para depois de estarem devidamente capacitados e informados saberem que passos têm que dar, sendo que pensaram em três atividades para realizar, se houver condições, solicitando que tenham um espirito aberto à circunstância e confiança em todo o sistema que responsavelmente está ser implementado. -----

-----Agradeceu ao Dr. Nuno Rodrigues e à sua equipa.-----

-----O **presidente da Mesa**, fez notar que o foi dito sobre os trabalhadores agrícolas os devem deixar a todos pelo menos pensativos e questionou se são legais.-----

-----Em resposta a esta questão o **presidente da Câmara** informou que são legais. -----

-----O **presidente da mesa** disse que se pressupõe que há um contrato escrito, mas não conhecia legislação que permita à autarquia intervir em contextos de legislação laboral, porém uma das atitudes que o Executivo poderia ter, era apelar às entidades competentes para fiscalizarem as relações laborais, para verificar quais são as obrigações contratuais das entidades patronais relativamente a esses trabalhadores e ver se estão a ser cumpridas, nomeadamente se há uma obrigação de facultar alojamento pois tem que reunir as condições de salvaguarda da saúde deles. Há aspetos até de ordem legal, cujo ataque não sabe se a autarquia tem os instrumentos e pressupondo que os não tem, têm que fazer levantar dos gabinetes as autoridades competentes.--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**Período Antes da Ordem do Dia:**-----

**RELATÓRIO DA COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO:** -----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, disse ter lido com bastante atenção o relatório em título, pois devem prestar atenção à matéria atendendo que tem sido apresentada como 1.º passo para uma possível futura regionalização, que mesmo que não aconteça pode significar a criação de NUTS II (nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos), com mais competências. A comissão recebeu contributos de muitas entidades e estranhou não ter visto nenhuma posição da OesteCIM, o que considera curioso e um pouco paradoxal na medida em que o próprio relatório cita a situação do Oeste e Vale do Tejo como uma situação especial no país e que eventualmente poderá justificar a criação de uma NUTS II para este território, que em possíveis competências em matéria

turística, poderia fazer reverter o tremendo disparate que foi a colocação do Oeste na região centro.

-----O **presidente da Câmara** usou da palavra para dar nota que neste momento está a ser efetuado um trabalho de cooperação entre as comunidades intermunicipais do Oeste, Médio Tejo e a Lezíria, no sentido de dar um passo importante para a criação de uma ITI (Investimentos Territoriais Integrados) relacionada com a visão do novo ciclo de fundos comunitários, tendente no a que futuro possam vir a ter uma nova NUTS para estes territórios.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **CORTE DE ÁRVORES:**-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* questionou qual foi a razão que levou a um brutal corte de árvores, entre Torres Vedras e Malveira, que seguramente não foi por questões de segurança rodoviária, mas se foi por causa das faixas de proteção contra incêndios lembrou que as árvores já lá estavam há cerca de um século.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que aquando dos casos mais trágicos que ocorreram em termos de incêndios, entrou em vigor legislação relacionada com as faixas de gestão de combustíveis ao longo das estradas nacionais e municipais, tendo este corte sido feito pela Infraestruturas de Portugal em cumprimento da mesma, se bem que ainda intercedeu e conseguiu salvar algumas árvores.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **CARTA ENCÍCLICA – FRATELLI TUTTI:**-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* à semelhança de uma referência a que fez sobre um livro numa sessão anterior, interveio para referenciar a obra em título de autoria do Santo Padre Francisco sobre a fraternidade e amizade social e sobre o qual todos que estão na política deviam ler e refletir, pois considera a obra tão importante que devia ser passado às gerações mais jovens nas escolas para ver se salvam-se do abismo para qual estão a caminhar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **AUSÊNCIA DE POLÍTICAS INTEGRADAS E ROBUSTAS DE APOIO À FIXAÇÃO DE JOVENS NO CONCELHO:**-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* fez a seguinte intervenção sobre o assunto em título:

-----“A criação de um polo de ensino universitário em Torres Vedras, cujo protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, foi recentemente assinado, constitui uma iniciativa autárquica de interesse para a qualificação dos jovens torrienses e para a atração de serviços na área da saúde, funcionando como agregador de sinergias.-----

-----Mas qual é afinal o objetivo central de desenvolver o ensino universitário.-----

-----Na nossa ótica há que ter como objetivo último fixar os jovens, através de políticas ativas de habitação e da área social e económica, para que possam ficar em Torres Vedras e assim contribuírem para o seu desenvolvimento atual e futuro.-----

-----De pouco servirá a formação, se depois as leis do mercado vão atirar estes jovens para fora do nosso concelho, também pelo avanço da especulação imobiliária, ou pela ausência de uma política social e de habitação que apoie a sua fixação.-----

-----Sendo a habitação a pedra chave da fixação de pessoas, a par do emprego, Torres Vedras deveria ter uma política robusta e integrada de habitação e apoio social às famílias e aos jovens que deitasse mão a um conjunto de ferramentas como renda e habitação social, renda apoiada para jovens, recuperação de imóveis para habitação, rendas controladas entre outras.-----

-----O concelho é alvo apetecível de especulação. Veja-se o preço das rendas e das casas à venda em Torres Vedras. Um negócio apetecível para alguns, mas que afasta tantos do acesso à habitação e à fixação no seu concelho.-----

-----Com as apostas em acessibilidades rodoviárias e na linha férrea, mais premente se torna a criação de condições para que essas infraestruturas, sirvam efetivamente a qualidade de vida e construção de uma vida em Torres Vedras, e não como porta de saída, para quem é qualificado e não encontra condições; para quem quer iniciar um negócio, ou para quem simplesmente quer ficar a morar aqui.-----

-----Não vemos esta visão integrada plasmada nas principais opções da autarquia, onde são irrisórias as políticas sociais em geral e na habitação e juventude em particular, nem tão pouco nos apoios às pequenas empresas, ao emprego e à iniciativa dos jovens.-----

-----E já agora que falamos em ensino superior, não vemos qualquer política de apoio aos que querem qualificar-se e não podem por razões económicas. Já era tempo de a autarquia ter um, sistema de bolsas de estudo, ou outra forma de apoio social, para os jovens que entram na Universidade e não têm meios. Essa também é uma aposta no ensino superior e, ao mesmo tempo, na promoção dos jovens de famílias com menos recursos.-----

-----Pensar só em infraestruturas e não ter um conjunto robusto de políticas que cuidem das pessoas, não nos parece uma aposta equilibrada para o nosso futuro.”-----

-----O *deputado municipal Rui Lopes* discordou do que foi dito lembrando que já existem bolsas atribuídas aos jovens há muitos anos no concelho de Torres Vedras.-----

-----Sobre o assunto em causa o **presidente da Câmara**, fez notar que neste momento têm duas *startups* sedeadas no TorresNov-E entre o top das 20 do país, de jovens que estão a desenvolver 2 projetos relevantes, fruto da política para a juventude implementada pelo município. Para além

disso, Torres Vedras tem bolsas de estudo cofinanciadas pelo município, o Rotary Clube de Torres Vedras. Há também muito trabalho de âmbito social para os jovens no que diz respeito à habitação, desde apoio ao arrendamento, melhoramento das habitações, bolsa de habitação social sem esquecer que Torres Vedras ficou entre os 5 municípios finalistas num prémio promovido pelo ISCTE quanto às políticas sociais de habitação, área que no orçamento da autarquia conta com um investimento superior a 300 mil euros. -----

-----Disse ainda que paralelamente estão a desenvolver a estratégia local de habitação, fazendo votos que seja um instrumento importante, rumo a que possam ter políticas ainda mais coesas deste ponto de vista.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA – REFORÇO DA OFERTA FORMATIVA EM TORRES VEDRAS COM ABERTURA DO POLO DA ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE NO PROXIMO ANO LETIVO:** -----

-----O *deputado municipal*, **Rui Lopes** interveio para assinalar numa perspetiva realmente positiva o protocolo de cooperação em título, cujo projeto constituirá um reforço da colaboração com as entidades prestadoras dos cuidados de saúde do Oeste públicas e privadas quer seja na formação, nos estágios clínicos, projetos de investigação e ainda na partilha e valorização do conhecimento na área da saúde, que traduz o segundo passo do município no sentido de investir no ensino especializado na área da saúde, lembrando a assinatura do protocolo para a criação do Campus Universitário da Saúde no antigo hospital do Barro. Considera que estas são respostas essenciais numa área tão importante como a saúde, dada a necessidade urgente de mais profissionais de saúde capazes de responder às necessidades diárias da população, agravadas pela situação pandémica que atravessam.-----

-----Como membro da comissão para o ensino superior em Torres Vedras, salientou que o caminho seguido pelo Executivo Municipal, mostra alguns dos resultados desta comissão, em 1.º lugar a importância da parceria com o IPL e em 2.ª a aposta na área da saúde, uma das principais escolhas identificadas pelos jovens no concelho como percurso académico. -----

-----Também a *deputada municipal* **Marta Geraldês** saudou a celebração do protocolo em título, lembrando que foi a proponente de uma moção que há cerca de 2 anos introduziu novamente o tema do ensino superior nesta Assembleia Municipal e que deu origem a uma comissão da qual resultou um trabalho de investigação, acreditando que todos os membros da mesma devem estar contentes com esta 1.ª tentativa pois será fundamental para um futuro Hospital do Oeste, ter um polo universitário ligada à saúde com a cooperação da Câmara Municipal, deixando sinceros

parabéns por terem chegado a esta cooperação com o IPL. -----

-----O **presidente da Câmara** assinalou que quando tomou posse uma das questões que colocou no topo da sua missão foi trazer o ensino superior e ensino público para Torres Vedras, tendo o trabalho desenvolvido por esta Assembleia Municipal sido meritório. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS:** -----

-----O **deputado municipal Rui Lopes** reportou-se à matéria em título para indicar que Torres Vedras no passado mês de novembro foi considerado o município mais azul da região de Lisboa e Vale do Tejo, após o balanço da época balnear e das boas práticas implementadas. -----

-----Acrescentou que são o concelho do país com o maior número de escolas galardoadas no âmbito do programa Eco-Escola, com 56 estabelecimentos de ensino reconhecidos no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade e no âmbito da mobilidade continuam a integrar o Comité Consultivo do CIVITAS, o único concelho do país representado nesta organização europeia. -----

-----Por fim anunciou que a Câmara Municipal foi sócio fundadora da Associação Mundial de Enoturismo - a AMETUR- que tem a sua sede no Mercado Municipal de Torres Vedras, tornando-se o centro de uma rede mundial de territórios para o desenvolvimento e promoção do Enoturismo.

-----Concluiu salientando que por vezes passam um pouco ao lado de todos estes reconhecimentos, lembrando que atrás de cada um deles está trabalho e empenho de muitos torrienses sendo isso que o Grupo Municipal do PS pretende enaltecer, saudando cada um em particular e o município no geral, expressando um bem-haja e desejando que o ano de 2021 continue a ser um ano de reconhecimento. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**RELATÓRIO DA SITUAÇÃO COVID-19 – CARNAVAL 2021:** -----

-----A **deputada municipal Rita Sammer** disse que tinha algumas questões que ainda têm a ver com o ponto da informação da COVID-19, relativamente a respostas que o edil deu, nomeadamente pelo facto de aguardar pela pronúncia da DGS para abordar o tema do Carnaval, questionando nessa sequência como justifica a instalação do quiosque, que é claramente um contrassenso e que não passa na cabeça de ninguém que possam existir ações de Carnaval condicionadas a meia dúzia de pessoas, deixando os foliões torrienses de fora, o que seria até ofensivo para a generalidade das pessoas, e assim qual é a mensagem que está a passar com a instalação do dito quiosque. -----

-----Relativamente à questão dos migrantes e o facto de serem legais questionou quem vai pagar o alojamento no Hotel Golf Mar, porque se essa não é uma competência da autarquia, então está a substituir-se a quem. -----



-----De seguida referiu-se ao pedido que foi endereçado por muitas escolas e jardins-de-infância do concelho para instalação de cobertura de lona que permitisse que os alunos nos dias de chuva pudessem sair para o exterior, mantendo a lógica do funcionamento de bolha e que não foram instaladas em lado nenhum precisamente porque o dinheiro não é elástico e não chega. -----

-----Ainda no relatório, no que se refere ao reforço de assistentes operacionais nas escolas lembrou que não está a ocorrer a rápida e necessária substituição das que se encontram ausentes do serviço por motivo de doença e questionou como vai ser resolvido.-----

-----Ainda sobre o Carnaval pronunciou-se o *deputado municipal Pedro Castelo* dizendo que não gostaria de estar no lugar do presidente da Câmara para ter que decidir hoje aquilo que não pode prever amanhã, contudo lembra-se de há dois meses atrás ter falado neste plenário da opinião da Real Confraria do Carnaval sobre a escolha de um tema para 2021 e após ouvir hoje a autoridade de saúde de Torres Vedras, interroga-se se não correm o risco de alimentar algo que poderá ser irreversível, atendendo a tudo o que sabem neste momento sobre a evolução da pandemia em Portugal. -----

-----Relativamente ao quiosque o *presidente da Câmara* esclareceu que entendeu a Promotorres colocar naquele local, devidamente autorizado pela autarquia, um posto de venda dos seus produtos associados ao Carnaval, pois são muito procurados no Natal. -----

-----Quanto ao alojamento dos migrantes deu nota que na passada semana reuniu com a secretária de estado, versando esta questão e para além disso no âmbito do trabalho de integração que está a ser desenvolvido, estão a incluir o problema da habitação, que será ponderado no âmbito do plano local de habitação em curso, em cooperação com empresas, pensando que devem ter o trabalho concluído e devidamente mapeado daqui a dois meses para que possam implementar políticas ativas nesse domínio. -----

-----Em resposta à questão das escolas informou que a autarquia já instalou um conjunto de lonas, nomeadamente de Ramalhal, Campelos e Ponte do Rol, aproveitando também para informar que hoje Torres Vedras tem os rácios superiores em assistentes operacionais para dar apoio às escolas para além do que está a decorrer um concurso no âmbito do programa CEI – Contrato – Emprego/Inserção - para reforço nesta área.-----

-----No tocante à intervenção do deputado municipal Pedro Castelo sobre o Carnaval respondeu que tudo tem o seu tempo, vão fazendo caminho com toda a serenidade do mundo e quando tiverem que decidir, estão preparados o fazer da melhor forma, salvaguardando sempre a identidade e os interesses da comunidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PROJETO RISCOS E RABISCOS:**-----

-----Reportando-se ao “Projeto riscos e rabiscos” a *deputada municipal Rita Sammer* assinalou a falta de proporcionalidade e equidade relativamente a outras associações culturais do concelho, porque se esta intervenção artística merece o maior aplauso, já não podem aceitar que o valor pago por artista tenha sido €350,00 e que os custos administrativos para a associação sejam €4.500,00 em 2 meses de projeto. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**DEMOLIÇÃO DOS EDIFÍCIOS NO ACESSO À PRAIA DO NAVIO:** -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse ter recebido hoje a resposta à pergunta escrita que fez pela terceira vez sobre a demolição dos edifícios em título, que a Câmara Municipal vai proceder à demolição mas que ainda falta desencadear o processo de posse administrativa, a mesma resposta ao fim de 2 anos, questionando se lhe parece normal. -----

-----O *presidente da Câmara* informou que o processo está a decorrer, são processos administrativos morosos e complexos mas estão a fazer o seu percurso. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**BANDEIRA DA ÉTICA:**-----

-----O *deputado municipal Paulo Valentim* deu nota que o Teatro-Cine de Torres Vedras acolheu no dia 25 de novembro, a cerimónia de entrega da Bandeira da Ética e de apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo de Torres Vedras que foi atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude ao “Programa de Apoio à Promoção da Ética no Desporto” do Município. -----

-----O *presidente da Câmara* aproveitou esta intervenção para agradecer a todos os que colaboraram para que o município alcançasse este feito, face às políticas que têm seguido na área do desporto. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**AUTARQUIAS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS:**-----

-----O *deputado municipal Paulo Valentim* deu conta que o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis reconheceu o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Torres Vedras, durante o ano de 2019, com a distinção “Autarquia + Familiarmente Responsável 2020”, atribuído pelo 12.º ano consecutivo a Torres Vedras e que se deve a um conjunto de medidas, entre as quais se destacam: Lançamento do Gabinete de Inserção Profissional, Implementação do programa de voluntariado jovem “Faz Parte”, introdução de alimentos biológicos nas refeições escolares e a entrega de kits de educação ambiental aos alunos do 4.º ano que se insere no Plano

Integrado de Combate ao Insucesso Escolar – "Aluno ao Centro"); Dinamização de ações centradas nas famílias e crianças, tais como o "Play Day" – Brincar na Rua; os projetos europeus Colourful Children e "MLO – Moving and Learning Outside" o projeto "Mini Agostinhas", e a Implementação do programa "Abem – Rede Solidária do Medicamento".-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APOIO ÀS IPSS DO CONCELHO:**-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se a um artigo veiculado no jornal Badaladas sobre um apoio de €261.000,00 mil a IPSS do concelho por parte da Câmara Municipal, questionando a veracidade da informação de que os ditos apoios seriam apenas de €57.830,00 sendo o restante do montante atribuído a funcionários da autarquia.-----

-----Quanto à notícia que saiu no jornal o *presidente da Câmara* disse ser seu entendimento que não havia necessidade de ter sido publicada, quando com a mesma se tenta colocar torrienses uns contra os outros e desta forma o PSD prestou um mau serviço à comunidade.-----

-----Nesta sequência deu nota que a autarquia elaborou um relatório circunstanciado de todas as ações implementadas ao nível do programa municipal extraordinário de apoio no âmbito do COVID-19 ao qual aditaram um conjunto de ações que entenderam ser relevantes no que diz respeito à aquisição de equipamentos de proteção individual para poderem gerir em função das circunstâncias e da evolução pandémica no território, em diálogo permanente com cada instituição. Deu nota ainda que não fora esse *stock* teria tido sérios problemas e quanto aos montantes apoiaram com 57 mil euros em EPIS (Equipamento de Proteção Individual) as IPSS do concelho, alocaram 80 mil euros à testagem de 759 funcionários, em cooperação com a OesteCIM e a Segurança Social e a par disso aprovaram a medida 34 dedicada em exclusivo às IPSS, pelo que, não admite que queiram colocar torrienses contra torrienses.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**COMISSÃO EVENTUAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE - MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE:**-----

----- Na sua qualidade de coordenador da comissão em título o *deputado municipal Vale Paulos* disse que iria tecer algumas considerações para conhecimento do plenário, tendo em conta correspondência que foi enviada por uma plataforma de cidadãos para valorização e desenvolvimento da freguesia de Runa, nomeadamente sobre respostas da Infraestruturas de Portugal.-----

----- 1 - Subtração da subestação linha do Oeste localizada na estrada entre Runa e Penedo - dizem que não foi reclamado qualquer outra localização, não houve reclamações no período de discussão

publica e aquela implantação foi encontrada para se evitar áreas de classificação como a REN – mas não é verdade pois apresentou reclamação e para além disso aquela distância em relação à subestação da Carvoeira, é 3 vezes mais do que os atuais terrenos da estação desativada de Runa, que tem terrenos urbanos com uma área superior à área que elegeram em termos de nova implantação com o prejuízo de destruir um caminho romano de acesso à antiga vila do Penedo e para além disso os terrenos da atual estação de Runa têm uma distância de apenas um terço, das outras que estão previstas, possuiu uma rede de alta tensão, que presumivelmente poderia ser aproveitada ou reforçada, pelo que não faz sentido, nem se percebe a razão de irem fazer nova rede. No dia 3 de novembro quando reuniram com a IP, a comissão questionou esta localização, mas até à data infelizmente ainda não obtiveram resposta. -----

-----2 - Passagem de nível superior para supressão da passagem de nível de Runa, que é considerada de alto risco – apresentou alternativas mas como no projeto de execução, teve parecer negativo da APA, anularam a superior, mantendo esta. Foi um dos assuntos debatidos tendo ficado a promessa que iriam tentar uma alternativa. -----

-----3 - Deslocalização do apeadeiro que está previsto construir junto à atual estação desativada de Runa, mais perto da povoação, eventualmente num dos lados do atual parque verde - responderam que devido a 3 curvas existentes não havia condições técnicas para construir.-----

-----Concluiu indicando que as respostas que foram dadas a esta plataforma indiciam que a autarquia está de acordo, não sendo o que tem conhecimento, mas foi colocado como facto consumado, pois está em fase de execução da obra, mas a IP não atendeu às reclamações que foram feitas ao longo do processo.-----

-----Aludindo ao exposto, **o presidente da Câmara** declarou que em boa hora, promoveu uma sessão pública no dia 19 de março de 2018 a dar nota do processo, estando a decorrer nessa altura a discussão pública no que diz respeito à Modernização da Linha do Oeste, para que se pudessem pronunciar sobre a matéria.-----

-----Transmitiu ainda que, fruto do diálogo que manteve com a recém-criada plataforma em Runa, no dia 23 de dezembro tem em agenda uma reunião com a Infraestruturas de Portugal para esclarecer o que houver a esclarecer. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MOBILIDADE:** -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse ter conhecimento que tem havido grandes dificuldades no acesso de conterrâneos à zona do “Treze”, indagando o edil se tem alguma ideia para construir passeio ou algo semelhante que possibilite aquela travessia da EN9 em segurança,

sem ser no separador central com todos os perigos que isso acarreta. -----

-----Na mesma zona, mas do outro lado da Av. Poente onde existe o supermercado Aldi, também o acesso é complexo principalmente para os peões, questionando se passagem pedonal está prevista.

-----O **presidente da Câmara**, lembrou que estavam a falar de uma via com duas faixas para cada lado onde se atingem velocidades consideráveis e não iria ser fácil colocar na preexistência um passeio que desse segurança às pessoas, mas uma solução futura poderia passar por encontrar, à cota baixa mais próxima do rio, uma plataforma até à passadeira que existe em frente ao cruzamento do 13.-----

-----Quanto à zona do Aldi, a situação em termos de faixas de rodagem é idêntica e não há condições para instalar qualquer outro tipo de atravessamento, porque mete em causa a segurança.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TEATRO CINE DE TORRES VEDRAS:**-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* registou com agrado que o edifício recebeu obras de reabilitação recentemente, considerando ser hora de inquirir outra vez se as lápides que já questionou em intervenções anteriores vão agora ser postas finalmente no seu devido lugar.-----

-----Acerca das ditas obras de reabilitação, questionou o que foi feito na via lateral, que está mais alcatroada e o que terá corrido menos bem, pois terá havido um acidente com uma viatura particular na mesma, pouco tempo depois de a obra estar concluída.-----

-----O **presidente da Câmara**, quanto às lápides informou que a designação de todos aqueles que passaram por este espaço está plasmado noutra matéria em inox, e as lápides que deputado municipal questionou são de pedra e então no acervo das reservas do Teatro- Cine.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APOIO À RESTAURAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:**-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* congratulou o Executivo Municipal pela decisão de proporcionar aos restaurantes do município a entrega de refeições suportada pela autarquia em serviço de takeaway, pensando que é uma forma positiva de ajudar esta área de negócio e estes concidadãos.-----

-----A propósito desta intervenção o *deputado municipal António Carneiro*, deu nota que já manifestou junto da AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal - a razão de ao fim destes meses de pandemia não terem sido capazes de criar uma aplicação para este efeito tendo em conta que a Uber e as outras aplicações cobram entre 30 a 35%.-----

-----O **presidente da Câmara** disse que foi uma medida implementada em cooperação com taxistas e operadores do ramo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento:-----

**COLOCAÇÃO DE LETTERING – “CIDADE DE TORRES VEDRAS”:**-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de fazer um desafio ao edil para, à semelhança das placas turísticas postas na A8 sobre a indicação das Linhas de Torres Vedras, numa atitude igualmente promocional, muito mais simples e muito menos dispendiosa, não colocar *lettering* no centro da cidade, por exemplo à frente do próprio edifício municipal com a designação “Torres Vedras”, como já existem em muitas outras cidades.-----

-----Sobre esta sugestão o *presidente da Câmara* disse ser de opinião que a praça limpa fica melhor, contudo e não descartando a possibilidade de colocar noutro espaço, para já não está nos horizontes da autarquia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PARQUE DE ESTACIONAMENTO – RUA S. GONÇALO DE LAGOS:**-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, relativamente a um contrato que foi celebrado entre 3 contraentes para o estacionamento em título com 4 particulares, Promotorres e o Município, em que a 2.º contraente paga renda mensal de 250 euros a cada um, estando o município obrigado, entre outras, a fazer as obras e pagar IMI, questionou se tenciona exercer o direito de preferência para compra daquele espaço.-----

-----O *Presidente da Câmara* informou que não vão exercer o direito de preferência face ao montante que está a ser solicitado pelos proprietários.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MERCADO MUNICIPAL:**-----

-----A *deputada municipal Marta Geraudes*, dadas as restrições que estão em vigor de recolha à 13.00h, manifestou a sua preocupação por ter verificado no passado sábado um avultado aglomerado de pessoas no espaço, e que apesar de ter segurança na entrada principal o controlo não estava ser feito da melhor forma, deixando este alerta.-----

-----O *presidente da Câmara* fez notar que a Promotorres está a controlar em termos de lotação, e para além dos seguranças colocados no espaço muitas vezes têm recorrido à PSP para os ajudar na gestão do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PERIODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO NAS SESSÕES:**-----

-----À semelhança de um alerta que fez sobre este assunto, e atento o facto de na presente reunião não haver público, o *deputado municipal Nuno Henriques*, dirigindo-se ao presidente da Assembleia sugeriu que a participação de eleitores podia ser através da internet, pois há meios tecnológicos que

o permitem e não faz sentido a democracia ser posta em causa por este órgão político, já não lhe bastando os constrangimentos que a pandemia lhes trouxe. Deve ser repensado com urgência, fazendo este apelo para que a democracia se exerça pois este órgão tem que continuar a funcionar apesar destes novos tempos. -----

-----Em resposta o **presidente da Assembleia Municipal** disse que a observação que o deputado municipal fez relativamente à internet é pertinente até porque a lei obriga a que o público possa intervir, mas não havendo condições neste espaço com segurança, têm que encontrar outras modalidades para que esse desiderato se atinja, desde já partilhando esta responsabilidade com os líderes, para na respetiva comissão permanente ponderarem essa questão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM:**-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* lembrou que pararam os trabalhos da Assembleia Municipal Jovem, que era algo meritório, solicitando que o presente mandato seja concluído, nem que seja *on-line*, acreditando que todos se vão adaptar aos novos tempos, com novos métodos e novas políticas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PANDEMIA - PEDIDO DE REFLEXÃO:**-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* interveio no sentido de solicitar à Câmara Municipal cuidado com a economia e com a gestão, tendo em conta todas as condicionantes que se avizinham, principalmente de índole social, pois todos sabem que a pandemia não vai acabar de um dia para o outro, mas também acha que é tempo de agradecer àqueles estão a fazer o seu dever cívico e a sua cidadania ativa, pois se há uns que não cumprem, há muitos que estão a cumprir e no seu entender o PSD tem o dever de o assinalar. Nesta altura que já podem ver alguns resultados, podiam estar pior, mas também podiam estar melhor e não esquecendo que o PS está com “convulsões” nos ministérios, apelou à união em prol do cidadão. -----

-----Sobre esta intervenção o **presidente da Câmara** disse que vão fazendo caminho, e se o deputado municipal aprovar o orçamento para 2021, como espera, estão incluídas medidas para as famílias e empresas do concelho com previsões claras para o ano de 2021 que vai ser muito difícil para todos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**Período da Ordem do Dia:**-----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

----- O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 6 de 28 maio e 2 de junho 2020, tendo a

Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada. -----

-----Depois e tendo em conta o adiantado da hora, a necessidade de encerrar os trabalhos às 10.30h e ao tempo atribuído a cada ponto da ordem de trabalho colocou à consideração do plenário alterar a mesma, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

### **3 - PROPOSTA N.º 65/CM/2020 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:** -----

-----Presente ofício número 6207 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 27/11/2020 a remeter, de acordo com o deliberado com o Executivo em reunião realizada nessa mesma data, os documentos em título.-----

-----O **presidente da Câmara** disse que os documentos previsionais para 2021 estão alicerçados no modelo que estão a desenvolver, com o intuito de, por um lado consolidar as componentes mais históricas dos SMAS, o abastecimento de água e o tratamento de efluentes, e por outro reajustar os serviços ao nível dos RSU, tendo nesse sentido sido feito reforço no que se refere ao quadro de pessoal, mas também em 2021 dar passos importantes para melhorar o serviço ao nível da recolha e lavagem dos contentores.-----

-----Registou que na água e no saneamento não há qualquer aumento, uma decisão que julga ser importante, mas ainda assim mantendo bons rácios de gestão e equilíbrio económico/financeiro nesta entidade tão importante que é reconhecida entre os seus pares e pela entidade reguladora. -

-----O **deputado municipal Nelson Aniceto** salientou que existe um aumento no orçamento relativamente ao ano anterior, justificado em parte com aumentos nos custos com despesa de pessoal relacionado com a integração dos trabalhadores afetos aos resíduos. Numa referência ao investimento assinalou que ronda o valor de €1.900.000,00 em saneamento e cerca de €1.500.000,00 na rede de abastecimento de água, e de resto a proposta em análise ao grupo municipal do PS parece rigorosa, onde se verifica haver contenção de custos, contendo igualmente a contínua melhoria da qualidade de serviço prestado aos consumidores pelo que deve merecer a aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Teve de seguida a palavra o **deputado municipal Luís Carlos Lopes** para assinalar que a discussão do orçamento tem sido ao longo dos últimos anos, o momento em que o Grupo Municipal do PSD não defende uma visão excessivamente rigorosa das contas certas porque se assim fosse achariam estranho que tenha uma demonstração de resultados previsionais para 2021 negativos. -

-----Nesta sequência, anotou que o orçamento em análise denota um conjunto de investimentos, mas dúvida que sejam todos feitos, pois não o foram em anos anteriores, parecendo que querem



agora recuperar tudo neste ano em que termina o mandato. Solicitou ser elucidado quanto ao aumento brutal de fornecimentos e serviços externos que pensa ser relacionado com o custo da Valorsul, que registava no ano transato o valor de €4.982.154,28 e passou para 6 milhões em 2021 e outra questão que gostaria de ver esclarecida prende-se com o facto de os SMAS estarem agora em congregação de espaço com a Câmara Municipal, não lhe parecendo que precise de verbas para recuperação do edifício sede, mas a mesma consta em duas rubricas, em mais de um milhões de euros, embora concorde que a frota tem que ser renovada. -----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que o diferencial que existe tem a ver com a atualização do tarifário da Valorsul, e quanto às obras no edifício, referem-se ao Casal Corado para onde será mudado o arquivo, sendo necessário fazer algum investimento para melhorar as condições dos colaboradores, e para além do investimento substancial que foi feito ao nível dos recursos humanos relacionado com a integração dos RSU, os aumentos verificados têm de facto a ver com renovação da frota, que deriva da constatação que os custos de manutenção do elevado número de veículos que tem, está a ter um peso significativo despesas, de acordo com o estudo que serviu de base à decisão da integração deste serviços nos SMAS.-----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** anunciou que o PSD iria votar a favor mas teve a perceção, através dos técnicos da autarquia, que a Valorsul fez uma atualização do tarifário quase unilateralmente questionando se a autarquia pretende atuar.-----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que está a ser desenvolvido um trabalho ao nível de todos os municípios, com o sistema e com a Valorsul e a tutela, no sentido de encontrar novos conceitos para a redução do tarifário, que se traduz num grande desafio, na salvaguarda dos interesses dos municípios. -----

-----Concluídas as intervenções, passou-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, e n.º 1 do art.º45.º da Lei 73/2013 ambos na sua atual redação, deliberou por maioria 35 votos a favor e 2 abstenções aprovar os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

-----Anota-se que se abstiveram João Rodrigues e Maria Teresa Oliveira.-----

## **6 - PROPOSTA N.º 68/CM/2020 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DAS MEDALHAS MUNICIPAIS:**-----

-----Presente ofício número 6103 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/11/2020, a remeter de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião ordinária de

24/11/2020, após ter sido efetuada nova consulta pública, na sequência da proposta de alteração aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 24/07/2020, e da aprovação da mesma pela câmara municipal na reunião de 04/08/2020, a proposta de regulamento em título. -----

-----O **presidente da Assembleia Municipal** fez uma breve introdução do assunto e não se tendo registado intervenções colocou o mesmo à votação:-----

-----Tendo presente a competência da Assembleia Municipal prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição das Medalhas Municipais.-----

**7 - PROPOSTA N.º 24/AM/2020 – PROPOSTA DE CLARIFICAÇÃO DOS CONCEITOS DE “SESSÃO” E “REUNIÃO” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: -----

-----Presente proposta em título subscrita pelo Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, datada de 14 de dezembro, que fez a sua leitura e que se transcreve na íntegra.-----

-----“Segundo o disposto no art.º 46.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais – anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro – as sessões dos órgãos deliberativos podem ter mais do que uma reunião. Como se compreende, esta possibilidade pretende acautelar a apreciação e deliberação de todos os pontos da ordem de trabalhos que, por vezes, pode ser muito extensa. Bastará a invocação do referido art.º para que qualquer dúvida se desvaneça sobre a diferença entre os conceitos de “sessão” e “reunião” no ordenamento jurídico aplicável às assembleias municipais.-----

-----Para quem nos exija mais, no mesmo sentido, apelamos ao saudoso Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral. Segundo o douto Catedrático que foi da Faculdade de Direito de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa (1), “reunião de um órgão colegial é o encontro dos respetivos membros para deliberarem sobre matéria da sua competência”. Se se tratar da Assembleia Municipal ou a Assembleia de Freguesia, tal órgão tem várias sessões por ano; “em cada sessão poderá haver uma ou várias reuniões”. Acrescenta que “as sessões são, pois, os períodos dentro dos quais podem reunir os órgãos colegiais” como tais assembleias. -----

-----E conclui que “tanto as reuniões como as sessões podem ser ordinárias, se se realizam regularmente em datas ou períodos certos, ou extraordinárias se são convocadas inesperadamente fora dessas datas ou períodos”. -----

-----Neste sentido, o funcionamento da Assembleia Municipal traduz-se em sessões plenárias ordinárias ou extraordinárias, em que a cada sessão corresponde uma ou mais reuniões ordinárias ou extraordinárias, consoante o caso (artºs. 27.º, 28.º e 46.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro). -----

-----Podemos e devemos ainda citar a Mestre Maria José Castanheira Neves, Diretora de Serviços

de Apoio Jurídico à Administração Local da CCDR Centro e Docente Convidada da Universidade de Coimbra. Segundo esta jurista de créditos firmados (2), “as senhas de presença são devidas a todos os autarcas que não exerçam funções em regime de permanência ou de meio tempo”, acrescentando que “há direito a senhas de presença pela participação em reuniões ordinárias e extraordinárias do respetivo órgão autárquico e em comissões criadas nas assembleias deliberativas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Sublinha, por fim, “que reuniões ordinárias e extraordinárias têm todos os órgãos autárquicos, quer executivos quer deliberativos, mas comissões só podem ser criadas nas assembleias municipais e de freguesia”.-----

-----Em conformidade, a Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera clarificar que o art.º 10.º do Estatuto dos Eleitos Locais – Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na atual redação – é de aplicação inequívoca a cada reunião ordinária ou extraordinária das sessões desta Assembleia Municipal. ---

----- (1) Freitas do Amaral, Curso de Direito Administrativo, vol I, pág. 599, Livraria Almedina -----

----- (2) Maria José Castanheira Neves, Os Eleitos locais, pág. 106, AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local-----

-----A presente clarificação é parte integrante do Regimento da Assembleia, com efeitos desde o início do atual mandato.”-----

-----Pedi a palavra a *deputada municipal Rita Sammer* para congratular a Assembleia Municipal por terem voltado à normalidade, uma vez que já pertenceu a outros mandatos e esta questão nunca tinha sido colocada e revê-se no conteúdo do texto que acabaram de ouvir. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez suas as palavras da colega que o antecedeu. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de clarificação dos conceitos de “sessão” e “reunião” da Assembleia Municipal, e nesse sentido deliberou clarificar que o art.º 10.º do Estatuto dos Eleitos Locais – Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na atual redação – é de aplicação inequívoca a cada reunião ordinária ou extraordinária das sessões desta Assembleia Municipal, a qual é parte integrante do seu Regimento, com efeitos desde o início do atual mandato.”

**13 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:**-----

**13.1 - PROPOSTA N.º 72/CM/2020 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E MÉDIA TENSÃO (MT) DAS ESCOLAS DO CONCELHO DECORRENTE DA DESCENTRALIZAÇÃO:**-----

-----Presente ofício número 6337 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10/12/2020 a informar que em sua reunião de 24/11/2020, deliberou remeter o processo em título à assembleia municipal

para autorização da repartição de encargos, nos termos do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/06, de acordo com a informação n.º 28, da Secção de Contratação Pública, contudo, tendo o município contrato de fornecimento por valor global com a Endesa Energia, S.A., com cláusula que permite o acréscimo de locais de consumo, entendeu a Área de Gestão e Energia juntar o referido fornecimento ao contrato existente a partir de 01/01/2021 e nesta sequência, em sua reunião de 09/12/2020, deliberou revogar a deliberação de 24/11/2020, e solicitar a retirada deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade retirar o ponto tendo por base a informação n.º 28 da Secção de Contratação Pública. -----

**13.2 - PROPOSTA N.º 73/CM/2020 - EMPREITADA, EM LOTES, PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS:** -----

----- Presente ofício número 6111, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/11/2020 a informar que na sequência da deliberação da câmara municipal de 07/07/2020 foi aberto o procedimento de concurso público para a execução da empreitada em título, com o preço base de € 354.245,56 acrescido de IVA, tendo sido estimada a seguinte repartição de encargos: -----

----- Lote 1 - Reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras - NÚCLEO A: -----

----- 2020 - € 4.175,00 - 2021 - € 173.146,43 - 2022 - € 20.954,75 - Total - € 198.276,18. -----

Lote 2 - Reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras - NÚCLEO B: -----

----- 2020 - € 4.175,00 - 2021 - 151.794,38 - Total - € 155.969,38. -----

----- Mais informa que aquando da abertura do procedimento, considerou-se que as obras estavam inscritas no Plano Plurianual de Investimentos, para os anos de 2020, 2021 e 2022 pelo que a repartição de encargos não foi submetida à autorização prévia da Assembleia Municipal, por se enquadrar na exceção prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8/06, na sua atual redação, mas verificou-se, agora, que a despesa foi inscrita em Plano Plurianual de Investimentos através de uma alteração orçamental, não sujeita à aprovação da assembleia municipal. As propostas classificadas em 1.º lugar para os dois lotes apresentam os valores de € 191.674,26 para o lote 1 e € 149.501,36 para o lote 2, acrescidos de IVA, prevendo-se a seguinte repartição: -----

----- Lote 1 - Reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras - NÚCLEO A: 2021 - € 150.978,62 - 2022 - € 40.695,64 - Total - € 191.674,26. -----

----- Lote 2 - Reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras - NÚCLEO B:2021- € 149.501,36 - Total - € 149.501,36.-----

-----Por último e face ao exposto e de conformidade com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 24/11/2020, remete o assunto para autorização da referida repartição de encargos. -----

-----O **presidente da Câmara** deu nota que o processo em epígrafe já veio ao órgão deliberativo na fase de autorização do empréstimo e agora para entrar em obra é necessário a autorização plurianual para a repartição de encargos.-----

-----A **deputada municipal Marta Geraldês** interveio no sentido de tentar perceber se a autarquia poderia ou tem como objetivo dar uso às casa de artistas da Transforma, para as aproveitar com este propósito.-----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que neste caso não, uma vez que estão a falar de um projeto específico da Transforma e a reabilitação em curso da autarquia insere-se numa candidatura ao IFRRU (Instrumento Financeiro para a Revitalização e Requalificação Urbana).-----

-----Não se registaram mais intervenções, tendo o plenário passado à votação:-----

-----A Assembleia Municipal atenta a sua competência da Assembleia Municipal prevista no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/06 deliberou por unanimidade autorizar a seguinte repartição de encargos:-----

-----Lote 1 - Reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras - NÚCLEO A: 2021 - € 150.978,62 - 2022 - € 40.695,64 - Total - € 191.674,26.-----

-----Lote 2 - Reabilitação de edifícios destinados a residência universitária no centro histórico de Torres Vedras - NÚCLEO B: 2021- € 149.501,36 - Total - € 149.501,36.-----

**13.3 - PROPOSTA N.º 74/CM/2020 - EMPREITADA POR LOTES PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE E ROTUNDA DE ACESSO, EM A-DOS-CUNHADOS E CONSTRUÇÃO DE PONTÃO EM FONTE GRADA:**-----

-----Presente ofício número 6112 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/11/2020 a dar conhecimento que na sequência da deliberação de 21/7/2020 foi aberto o procedimento de concurso público para a execução da empreitada em título, com o preço base de € 748.000,00 acrescido de IVA, tendo sido estimada a seguinte repartição de encargos:-----

-----Lote 1 - Construção de ponte na Av. Monsenhor José Fialho em A-dos-Cunhados (substituição de ponte sobre o rio Alcabrichel: Valor Base - € 450.000,00 (sem IVA) - 2020 - € 110.000 00 - 2021- € 340.000.00.-----

-----Lote 2 - Construção de rotunda de acesso à Av. Monsenhor José Fialho em A-dos-Cunhados: Valor Base - € 220.000,00 (sem IVA) - 2021- € 220.000.00.-----

-----Lote 3 - Construção de pontão em Fonte Grada: - Valor Base - € 78.000,00 (sem IVA) - 2020 - € 50.000,00 - 2021 - € 28.000,00 TOTAL - Valor Base - € 748.000,00 (sem IVA) - 2020 - € 160.000,00 - 2021 - € 588.000,00.-----

-----Mais informa que aquando da abertura do procedimento, considerou-se que as obras estavam inscritas no Plano Plurianual de Investimentos, para os anos de 2020 e 2021, pelo que a repartição de encargos não foi submetida à autorização prévia da Assembleia Municipal, por se enquadrar na exceção prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8/06, na sua atual redação, verificando-se, agora, que a despesa foi inscrita em Plano Plurianual de Investimentos através de uma alteração orçamental, não sujeita à aprovação da Assembleia Municipal. Dos lotes constantes do concurso, só foram apresentadas propostas para o lote 2, cuja proposta classificada em 1.º lugar tem o valor de € 197.257,50, acrescido de IVA. Face ao exposto, e de conformidade com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 24/11/2020, remete-se o assunto para autorização da referida repartição de encargos.-----

-----O **presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do solicitado, tendo em conta o desenrolar do processo das empreitadas em causa, que nas suas várias fases também já passou pelo órgão deliberativo.-----

-----Passou-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, atenta a sua prevista no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/06 deliberou por unanimidade autorizar a seguinte repartição de encargos para a empreitada por lotes para construção de ponte e rotunda de acesso, em a-dos-cunhados e construção de pontão em fonte grada: Lote 2 – Construção de rotunda de acesso à Av. Monsenhor José Fialho em A-dos-Cunhados: 2021 - € 197.257,50, acrescido de IVA.-----

#### **13.4 - PROPOSTA N.º 75/CM/2020 - EMPREITADA, EM LOTES, PARA REQUALIFICAÇÃO DA EM 563 ENTRE CAMPELOS E CABEÇA GORDA:**-----

-----Presente ofício número 6108 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/11/2020 a informar que na sequência da deliberação de 21/07/2020 foi aberto o procedimento de concurso público para a execução da empreitada em título, com o preço base de € 345.000,00 acrescido de IVA, tendo a sido estimada a seguinte repartição de encargos:-----

-----Lote 1 - Reabilitação do pavimento - 2020 - € 54.000 - 2021 - € 101.250,00- Total - € 155.250,00 e Lote 2 – Sinalização - 2021 - € 15.750,00 - Total - € 15.750,00.-----

-----Mais informa que aquando da abertura do procedimento, considerou-se que as obras estavam inscritas no Plano Plurianual de Investimentos, para os anos de 2020 e 2021 pelo que a repartição de encargos não foi submetida à autorização prévia da Assembleia Municipal, por se enquadrar na

exceção prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8/06, na sua atual redação, verificando-se, agora, que a despesa foi inscrita em Plano Plurianual de Investimentos através de uma alteração orçamental, não sujeita à aprovação da Assembleia Municipal. Dos lotes constantes do concurso, só foram apresentadas propostas para o lote 1, cuja proposta melhor classificada apresenta o valor de € 133.930,79 acrescido de IVA, valor este a executar na totalidade em 2021. Face ao exposto, e de conformidade com o deliberado em sua reunião de 24/11/2020, remete o assunto para autorização da referida repartição de encargos. -----

-----O **presidente da Câmara** deu nota que a empreitada em análise será feita em cooperação com o município da Lourinhã.-----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal nos termos do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/06 deliberou por unanimidade autorizar a seguinte repartição de encargos para o Lote 1 - Reabilitação do pavimento – 2021 - € 133.930,79 acrescido de IVA.-----

### **13.5 - PROPOSTA N.º 76/CM/2020 - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE CORREDOR ECOLÓGICO SIZANDRO-CONQUINHA:**-----

-----Presente ofício número 6106 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25/11/2020, a informar que em sua reunião de 24/11/2020, deliberou aprovar a abertura do procedimento para realização da empreitada em título, cujo preço base (valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela empreitada) será de € 216.980,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e resulta da estimativa de custos entregue com o projeto de execução, não se conhecendo outras contraprestações a efetuar em favor do adjudicatário. Tendo em conta que a obra terá um prazo máximo de 245 dias de calendário, e ocorrerá em 2021 e que o encargo decorrerá nesse mesmo ano, a abertura do procedimento carece de autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Relativamente ao assunto em título o **presidente da Câmara** anotou que em função das candidaturas que vão abrindo e dentro da disponibilidade do município na execução de projetos, vão desenvolver a reabilitação deste corredor, entre a ponte de S. Miguel e a ponte da Av. Poente que entronca na Ribeira da Conquinha, dando continuidade à intervenção do Choupal.-----

-----Não se registaram intervenções, passando de imediato à votação:-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a repartição de encargos para a empreitada de reabilitação de corredor ecológico Sizandro-Conquinha referente a 2021 - €216.980,00.-----

### **13.7 - PROPOSTA N.º 78/CM/2020 - FORNECIMENTO CONTÍNUO COM TRANSPORTE DE TOUT-VENANT:**-----

-----Presente ofício número 6107 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25/11/2020, a informar que em sua reunião de 24/11/2020, deliberou aprovar a abertura do procedimento para aquisição por fornecimento contínuo, do material em título, o qual visa o reaprovisionamento do stock do armazém para assegurar a realização das obras previstas para 2021, pelo preço base (valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição) de € 250.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual foi obtido por estimativa mediante a previsão de obras para o ano de 2021, sendo que o valor do contrato coincide com o valor base, não havendo outras contraprestações a efetuar a favor do adjudicatário. Tendo em conta que a obra terá um prazo máximo de 245 dias de calendário, e ocorrerá em 2021 e que o encargo decorrerá nesse mesmo ano, a abertura do procedimento carece de autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos do nº 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a seguinte repartição de encargos do fornecimento contínuo com transporte de tout-venant para 2021 - de € 250.000,00 acrescido de IVA. -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Tendo-se chegado à hora estipulada para encerramento da reunião (22.30h) e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos os quais continuariam no dia 15 às 18.30h, conforme edital e convocatória devidamente publicitada. --

**AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 18.30 HORAS, REUNIUI A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 14 DEZEMBRO DE 2020:**-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João



António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalho Carvalho e Artur Alexandre dos Santos Narciso. -----

-----Faltaram os presidentes de junta Natalina Luís e Francisco Martins e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 12.º do Regimento foi considerado faltoso o deputado municipal António Martins Moreira que se ausentou definitivamente antes do termo da sessão. -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Cláudia Horta Ferreira-----

-----O presidente da Mesa deu início aos trabalhos. -----

**2 - PROPOSTA N.º 64/CM/2020 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2021 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:**-----

-----Presente ofício número 6206 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 27/11/2020 a remeter os documentos em título, atenta a competência do órgão deliberativo nesta matéria,-----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que disse ser com prazer e sentido de responsabilidade que iria apresentar o orçamento para 2021, o último ano de mandato, expressando uma palavra de estímulo e consideração a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, SMAS e empresa municipal Promotorres que elaboraram os seus documentos previsionais sob a orientação política do Executivo Municipal, e que refletem a sua visão estratégica que assenta em 4 pilares que são fundamentais.-----

-----Como primeiro pilar e face ao momento que estão a viver, anunciou que reduziram os impostos, às famílias e às empresas, nomeadamente na redução do IMI de 0,40 para 0,35 e isenção da derrama para micro e pequenas empresas com faturação até 150 mil euros que representa uma redução no orçamento em cerca de 2,1 milhões de euros, um sinal claro inequívoco de ajuda às famílias e às empresas no ano 2021. -----

-----Outro pilar sobre o qual município de Torres Vedras tem vindo a ser a ser reconhecido, refere-se aos fundos comunitários, que ao longo dos anos têm desenvolvido Portugal e o concelho em particular, indicando com muito orgulho que têm 100% das ações aprovadas do Programa

Operacional Centro 2020, com 62% de execução, fazendo votos que em 2021 atinjam o pleno, cumprindo assim o desígnio da remodelação do parque escolar, através dos quais terão oportunidade de concluir os centros escolares do Turcifal e da Povia de Penafirme. Para além disso, têm mais de 20 ações com candidaturas aprovadas no PEDU e aproveitou para deixar um agradecimento à entidade gestora do Centro 2020 com a qual têm tido uma relação extremamente dialogante e cooperante, que se traduz em 70 % de execução também com previsões de obras no orçamento para 2021 para alcançar 100%.-----

-----Outro pilar importante, no âmbito da visão estratégica da Câmara Municipal, respeita ao património edificado, dando nota que têm concorrido a todos os programas possíveis nesta área no sentido do desenvolvimento integrado do território, sendo exemplo disso a Azenha da Ponte, que também será requalificada através de uma candidatura a fundos comunitários no âmbito do Programa Leader. -----

-----Referiu-se de seguida aos recursos humanos, como um pilar determinante na atividade que o município desenvolve e da pretensão de engrandecer os quadros da Câmara Municipal com pessoas qualificadas uma vez que as autarquias são cada vez mais prestadoras de serviços e com novos desafios para o qual estão a desenvolver um trabalho tendente ao rejuvenescimento dos funcionários públicos, admitindo novos colaboradores. -----

-----Salientou como pilar o futuro o projeto da estrada para Santa Cruz, previsto no orçamento para 2021, uma via muito importante na ligação do território do litoral e sobretudo importante no apoio das empresas, tendo em conta que na zona com cerca de 6 km onde esta 1.ª fase da via irá terminar saem em média 300 camiões por dia de vários produtos. -----

-----Por último também com verbas vertidas no orçamento deu nota da renovação do antigo edifício dos SMAS, uma aposta clara no ensino superior, fruto do trabalho que a autarquia tem realizado com o IPL e ainda dois equipamentos de referência na cidade que serão concluídos em 2021, o Centro de Artes e Criatividade e o Museu Joaquim Agostinho. -----

-----Concluiu assinalando ser dentro deste âmbito que vão construindo um território coeso do ponto de vista social, mas que também tenha uma visão estratégica para o futuro e acima de tudo um orçamento ao serviço dos torrienses. -----

-----Relativamente ao projeto da estrada para Santa Cruz nesta 1.ª fase com 6 quilómetros o *deputado municipal **Pedro Castelo*** questionou de onde a onde e também se está prevista alguma verba para uma nova cobertura do Terminal Rodoviário. -----

-----O *deputado municipal **João Rodrigues*** fez a seguinte intervenção/declaração de voto que se transcreve na íntegra: -----

-----“As opções orçamentais da autarquia para 2021 apresentam um conjunto de obras e investimentos públicos de grande monta, muito especialmente na área da educação, com remodelação e construção do parque escolar a remoção do amianto, entre outras, ao que acresce o polo e residências universitárias. A divisão de educação vai gastar quase 12 milhões de euros. --

-----Na área rodoviária, infraestruturas urbanas e obras municipais, outro avultado investimento em infraestruturas, transportes e trânsito a rondar valores perto dos 23 milhões de euros.-----

-----A terceira maior fatia de investimento vai para a própria Câmara Municipal, onde se prevê um gasto de mais de 15 milhões de euros.-----

-----A isto somamos um conjunto enorme de projetos e obras como Museu do Carnaval, Joaquim Agostinho, Azenha da Ponte e até um museu Jurássico. Temos o complexo Manuel Marques, a Pista de Atletismo Paulense, Parque Municipal de Santa Cruz.-----

-----Sem falar nos famosos "eventos" e transferências para entidades participadas, que só na Promotorres representam verbas diretas de mais de 2 milhões de euros.-----

-----Transparece a ideia que se quer mostrar obra num ano, que não se mostrou nos restantes. Não está em causa que estamos perante opções que mostram obra. Também não se discute a pertinência de muitos destes investimentos, ou da sua necessidade.-----

-----Embora se possa questionar porquê agora tudo isto, coincidentemente ano de eleições autárquicas.-----

-----Mas nós analisamos estas opções, não por aquilo que está expresso, mas muito particularmente pelo que não está expresso, ou pelo que está tristemente expresso.-----

-----E num orçamento que quer mostrar obra feita, há prioridades que não partilhamos.-----

-----Num orçamento de 69 milhões de euros, não há espaço para as pessoas. Não há políticas verdadeiramente robustas viradas para necessidades sociais. O contraste das verbas destinadas a apoio social, habitação social, renda jovem, inserção de imigrantes e inclusão da comunidade cigana, mostram que há prioridades que não estão equilibradas.-----

-----Numa altura em que tanto se falou nos idosos, nos lares, na necessidade de políticas públicas nesta área, entregue a instituições e de onde o estado se demite, as verbas para a população “sénior” são irrisórias a falta aqui toda uma intenção política da parte da autarquia.-----

-----O mesmo se pode dizer nas políticas ambientais e de ordenamento, com investimento irrisório, demonstrando falta de uma aposta política robusta nesta área. Inclusivamente na prevenção de incêndios não se organiza uma política de ordenamento dos espaços naturais e da floresta, com os eucaliptos a dominar uma economia primária ligada à massificação.-----

-----Muito se fala de mobilidade, mas faltam políticas que valorizem os transportes públicos e a

mobilidade dos que não têm carro, continuando as freguesias e os transportes escolares sem uma verdadeira política de serviço às populações, reféns dos privados. -----

-----Num ano tão marcado pelas dificuldades económicas das empresas, pelo aumento do desemprego e fecho pequenos negócios, sabendo que a crise está longe de resolvida; a autarquia não olha de uma forma integrada e séria para formas de apoio aos pequenos negócios, empresas familiares, manutenção e criação de emprego, num ano que se avizinha difícil. -----

-----O investimento em estruturas não resolve tudo, mostrar obra não acaba com os problemas reais das pessoas, só por si.-----

-----E preciso definir prioridades diferentes e cuidar de que todo o investimento serve efetivamente para melhorar a vida das pessoas, com políticas integradas no âmbito social, económico, defesa do ambiente, território e cultural com uma verdadeira preocupação, expressa em projetos políticos abrangentes e respetiva orçamentação, com prioridades que devem ir muito além de mostrar obra feita em ano de eleições. -----

-----Por estas razões, o Bloco de Esquerda vota contra as prioridades orçamentais da autarquia, nomeadamente o orçamento para 2021. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* assinalou que estão a discutir o orçamento do último ano de mandato 2017/2021, considerando importante o edil ter evidenciado 4 pilares: redução de impostos, fundos europeus, recursos humanos e o futuro. -----

-----Também assinalou que a sua intervenção não versava só o mandato do atual edil mas o corolário de mandatos do PS, na medida em que os documentos previsionais em discussão são um consolidar desse conjunto de mandatos. -----

----- Como nota prévia relativamente aos fundos europeus lembrou que o presidente da Assembleia, quando Torres Vedras passou para a zona centro, se referiu negativamente a essa situação, mas felizmente que a tal catástrofe que referiu na altura não se materializou e agora ouviram o presidente da Câmara a regozijar-se com o facto de estarem na zona centro, o que foi possível através do governo do PSD. -----

-----Lembrou ainda que é efetivamente o último ano do mandato, em que autarquia dispõe de 230, 240 milhões de euros, onde são enunciadas algumas obras e enunciam também uma determinação na continuação da edificação do parque escolar, mas já lá vão 4 mandatos e apesar de estar prevista a conclusão da escolas de Povoia de Penafirme, Turcifal, Ramalhal e a da Silveira, a do Maxial só está prevista para 2023 e as da cidade, somente com verba de abertura de rubrica para projeto, provavelmente só para 2025.-----

----- Frisou que os municípios ao lado já têm todas as escolas prontas e, por conseguinte, não se

podem regozijar com o facto de irem terminar em 2025 as escolas do concelho, pois no seu entender já estão atrasados. -----

-----Manifestou a sua satisfação quanto às obras de melhorias previstas nas USF e também quanto ao investimento nos recursos humanos, mas já o mesmo não sucede quanto à variante A-dos-Cunhados e pontes, obra que já está bastante atrasada, ficando contudo contente que se fale da estrada para Santa Cruz, que foi uma proposta do PSD em 2001 e que 20 anos depois tarde, venha o PS regozijar-se porque a conseguiu candidatar a Fundos Comunitários.-----

-----Relativamente ao valor de 500 mil euros previsto no orçamento para o Torriense, questionou sobre a piscina e se o tal parque desportivo municipal que fica das múltiplas campanhas autárquicas do PS resume-se a um campo relvado ao pé da Agriloja.-----

-----Um ponto que valorizou positivamente, diz respeito à aposta do município no *cluster* da Saúde em que a Câmara Municipal foi atrás de um estudo interessante feito por uma comissão da Assembleia Municipal no sentido de relevar as licenciaturas, mas intriga-o a aposta em laboratórios colaborativos de ponta na parte digital e nada estar nada previsto a nível de edificações, pois assim correm o risco de se perder na entropia do sistema da administração central das universidades.----

-----Lamentou nada estar previsto para o IVV e para a Praça Machado Santos, mas considerou positivo incluir o Parque Municipal de Santa Cruz, o valor de 1,5 milhões de euros para recuperação de estradas, o corredor ecológico entre a Conquinha e o Sizandro assim como as ciclovias urbanas, faltando contudo muita coisa. -----

-----Acrescentou que a autarquia devia investir mais noutras áreas, desde logo apostando na área digital, sendo crítico em se fazer mais um museu, e aproveitou para sugerir que se podia dar outra centralidade à Azenha da Ponte, instalando neste local a Promotores independentemente de o trânsito ter na cidade uma sede. Pensa que vão ter dificuldade pois o mundo mudou, vão ter que pensar diferente apostando em atividades ao ar livre e dúvida que tenham alunos ou povo para mais museus e mais centros interpretativos. -----

-----Prosseguiu solicitando esclarecimentos quanto ao montante de 86 mil euros orçamentados para serviços de refeições da divisão comunicação, 124 mil euros em honorários e *cachets*, e quanto à rubrica “diversos” com o valor de 476 mil euros. -----

-----Por último assinalou que o PSD, não deixando de valorizar a baixa de impostos de 2,1 milhões de euros no IMI mesmo assim tem um orçamento de 69 milhões de euros, onde a receita dos impostos diretos perfaz cerca de 22 milhões de euros, ou seja, mesmo com esta redução os torrienses ainda pagam cerca de 30% do orçamento da Câmara Municipal o que não é despiciendo e por isso mesmo, valorizando os fatores que anunciou na sua intervenção, não vão votar

negativamente, mas não estão eufóricos, no sentido em que o orçamento podia ser muito melhor e sobretudo consubstanciaria uma política que deveria ter sido melhor, não só deste mandato, mas num corolário de mandatos de vários anos. -----

----- Como valorização da referência do deputado municipal à sua atitude crítica ao tempo de inserirem Torres Vedras na CCDR Centro, o **presidente da Assembleia** explicou que com os dados disponíveis que existiam na altura não poderia ser outra a sua atitude, mas agora tem a clara noção, pela experiência que entretanto foram adquirindo ao longo dos anos, que seria extremamente gravoso se não ficassem na área centro.-----

-----Aproveitou para dar nota que, à volta da freguesia do Maxial, onde nasceu, as freguesias confinantes têm todas Centros Educativos e aquela que não tem vai tê-los apelando a que os seus dois conceterrâneos presentes usem da palavra para dizerem de sua justiça sobre este assunto. -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro**, no que respeita à intervenção do colega Luís Carlos Lopes em que referiu a culpa que se arrasta desde o 1.º ato autárquico que ocorreu em 1976, como fez parte de 3 mandatos deve ser um dos culpados de não ter contribuído para o desenvolvimento do concelho. Ao ouvir o colega pensou que os portugueses devem ser todos muito estúpidos, pois em 12 mandatos, 80% das vezes deram maiorias absolutas ao PS, todavia já vê uma luz ao fundo do túnel para quebrar este mau trabalho que o PS tem feito, tendo em conta que apresentou claramente o programa eleitoral do PSD para as próximas eleições, estando convencido que vão dar a volta a este município tão atrasado e demonstrar que os torrienses estiveram enganados todos estes anos.-----

-----A *deputada municipal* **Paula Mota** questionou sobre o mal entendido que paira desde o início do mandato com a exigência por parte do município que o pavilhão gimnodesportivo da Carvoeira passe para a posse da junta de freguesia através de escritura, visto que é propriedade do Grupo Desportivo da Casa do Povo, esperando que se pondere a situação e que não se continue neste impasse que prejudica a população.-----

-----Também tendo em referência a intervenção do colega Luis Carlos Lopes o *deputado municipal* **Nelson Aniceto** disse ser um facto que estão a discutir um orçamento de ano de eleições, com muita obra, mas obra de continuidade, pois nos orçamentos anteriores ao longo dos vários anos de governação do PS sempre houve obra, e nestes últimos 3 anos também tem havido obra. -----

-----Quanto à menção que ficará apenas a construção de 1 campo relvado, lembrou que o Executivo PS aprovou um programa que permitiu a construção de vários campos relvados por várias freguesias, possibilitando a utilização dos mesmos por milhares de crianças e jovens do concelho, proposta que teve na Assembleia Municipal o voto contra do PSD.-----

-----Relativamente às escolas demorarem 20 anos, custarem 240 milhões de euros e os concelhos vizinhos terem as escolas todas construídas, disse desconhecer quais os concelhos, mas eventualmente são mais pequenos com menor parque escolar, ou inseridos na AML com acesso a outro tipo de verbas, que Torres Vedras não tem e necessita de captar o investimento dos fundos comunitários, mas tem sido feito esse esforço e os resultados estão à vista.-----

-----Quanto ao ter sido referido que há muita obra e não há investimento social lembrou que o investimento nos equipamentos escolares são para as pessoas, assim como os museus ou os centros interpretativos e deve ser valorizado como tal.-----

-----Por último e por ter verificado que no orçamento está prevista uma verba de € 49.500,00 para o projeto do centro educativo do Maxial, referiu que ficaria grato com o aceleração do projeto e um eventual início de obra.-----

-----O *deputado Municipal Sérgio Jacinto* interveio dizendo que apraz-lhe constatar que os documentos em análise contêm diversos aspetos positivos, contudo é dos livros que o exercício da democracia confere a quem ganha eleições democraticamente exerça o poder e faça as suas opções de acordo com o seu programa eleitoral, a sua visão e o caminho que pretende percorrer e que, no exercício da democracia numa oposição construtiva, é natural que a mesma não se reveja em muitas das opções e em muitos dos caminhos que se entendem percorrer.-----

-----Assim, o TnL não se revê em muitas das opções tomadas pelo Executivo Municipal e por isso este documento não merecerá o seu voto favorável.-----

-----Após uma interpelação à mesa nesse sentido foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que informou o deputado municipal Pedro Castelo que a cobertura do Terminal Rodoviário está adjudicada e irá ter início nos próximos dias e estrada para Santa Cruz tem início do alto de Paio Correia e vai até ao alto da Estiveira à latitude da Campoeste.-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* salientou que estes documentos previsionais fazem parte da política do PS, de acordo com o programa eleitoral que propuseram e com o qual ganharam a maioria, o que faz parte da democracia, mas o PCP não se revê nestas prioridades, o seu programa é outro e como tal vão votar em abstenção.-----

-----Tomou novamente a palavra o *deputado municipal Pedro Castelo* assinalando que o CDS analisou os documentos em discussão, verificando que traduzem a intenção da atividade do município em 2021, mas contém opções com as quais concordam e outras que discordam completamente. Ouvia o edil apresentar este instrumento de gestão autárquica que vem claramente na continuidade da sua política, mas acha que, sendo este um caminho respeitável, há outros caminhos para Torres Vedras e para os torrienses.-----

-----Desde logo apresentou a estrada para Santa Cruz tendo percebido que é apenas meia estrada, pelo que não se vai concretizar uma estrada para Santa Cruz. Referiu também numa aposta clara no ensino superior, esperando que se consiga, quer através do Campus Universitário previsto para as antigas instalações do Barro, quer através do protocolado com o Instituto Politécnico de Leiria, mas para o CDS há muita matéria onde poderiam ir mais além. -----

-----Sobre o facto de ter anunciado que havia redução de 2 milhões devido a baixa de impostos, o CDS continua a achar que há muito dinheiro mal gasto na empresa municipal Promotores e quanto à visão de futuro com a inauguração do CAC e Museu Joaquim Agostinho, diz que continua a haver uma rede viária de 1200 km num estado degradado e profundamente lastimoso. -----

-----Aproveitou para dar como exemplo o município de Ponte de Lima, com Executivo do CDS, onde para captar investimento a derrama é zero, têm isenção de IMT na compra de terrenos industriais para promover aparecimento de novas indústrias, as taxas e licenças são o mais reduzidas possíveis e criaram um fundo municipal de meio milhão de euros financiado em 100 mil euros pela autarquia e o resto por uma entidade bancária de forma a promover investimento. Referiu também Albergaria-a-Velha, que tendo apenas 18 milhões de euros de orçamento, tem um programa para incentivo e criação do próprio emprego, com apoio mensal a cada individuo no valor de 250 euros, e apoio anual de 350 euros para serviços de contabilidade, sendo obrigatório serem contratados no próprio concelho, pensando que Torres Vedras podia aproveitar estas ideias. -----

-----Terminou a sua intervenção reforçando que no orçamento em apreço estão milhões, mas falta muita imaginação, e como tal o CDS nunca poderia votar a favor este documento para o ano de 2021 que se prevê muito difícil e onde falta um forte estímulo de apoio social. -----

-----Também a *deputada municipal Paula Mota* interveio novamente, começando por dar parabéns ao município pela aposta em trazer o ensino superior para Torres Vedras. -----

-----Igualmente expressou parabéns pelos novos Centros Educativos que estão previstos, e a este propósito lembrou que o 1.<sup>o</sup> foi feito na Carvoeira, mas a população tem vindo a decrescer e colocou a hipótese do espaço ser melhor aproveitado incluindo os alunos que frequentam a escola primária e jardim-de-infância de Carmões, podendo também dar um novo uso a este edifício. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* fez notar um orçamento traduz em números as opções de ação a que se propõe um Executivo Municipal e atento aos mesmos o PS não tem dúvidas que estão certos, pois outra coisa não seria de esperar pela competência dos técnicos, a quem agradeceu pela excelência do trabalho apresentado. -----

-----Anotou que este é o maior orçamento jamais apresentado num tempo em que os fundos do quadro 2020 chegam ao fim, em que tiveram 100% das ações aprovadas e têm até agora 60% na



taxa de execução.-----

-----Disse que mais uma vez o PSD não votou favoravelmente, assim como a oposição não votou favoravelmente nenhum orçamento deste mandato e deste modo pela oposição, as escolas de S. Pedro da Cadeira, Povoia de Penafirme, Turcifal e Freiria não existiam, nem teriam em fase de construção ou de projetos os centros educativos do Ramalhal, A-dos-Cunhados, Silveira, Sarge, Maxial, Freiria e Conquinha. Mais referiu que ao longo dos últimos 3 anos a oposição, por omissão através da abstenção ou por voto contra, virou as costas aos anseios dos torrienses em matéria de educação e de melhor qualidade de vida.-----

-----Nesta sequência elencou alguns exemplos do programa que o PS quer executar em 2021 e que a oposição se recusa a votar favoravelmente: Desporto – apoio Trofeu Joaquim Agostinho, Cross internacional de Torres Vedras, apoio a projetos desportivos das mais diversas associações do concelho e investimento no parque municipal Manuel Marques; Saúde – projetos para as unidades de saúde – Ramalhal, Runa e S. Pedro cadeira; Habitação – apoio ao arrendamento; Urbanismo - requalificação da praça 25 de Abril, toda a zona envolvente do antigo Matadouro e o parque municipal de S. Cruz; Ambiente – corredor ecológico Siazandro – Conquinha, obras de sustentação das arribas e substituição por led de iluminação pública; Cultura – Museu Joaquim Agostinho, CAC e Museu do Jurássico no Karting; Rede viária - variante e ponte de A-dos - cunhados, requalificação das paragens de autocarros nas sedes de freguesias, alcatroamento de centenas de quilómetros de estradas municipais e início do projeto da nova estrada para Santa. Cruz; Impostos - redução do IMI e da derrama, que traduz uma redução da receita em 2,1 milhões de euros no orçamento.-----

-----Reforçou que a oposição podia dizer que são opções políticas, mas não são pois muitas delas foram inclusive, propostas eleitorais comuns com esses partidos.-----

-----Salientou ainda que o PS esteve, está e estará sempre na primeira linha de defesa dos anseios de todos os torrienses e os resultados são os tais doze mandatos, onde todos os torrienses deram a sua confiança, sabendo acolher todas as propostas mas sem pôr em causa o equilíbrio e o desenvolvimento concelhio e mantendo as contas públicas saudáveis.-----

-----Concluiu defendendo que estão a apreciar um orçamento de final de mandato, mas acima de tudo um orçamento com portas abertas à continuidade da execução de projetos que manterá o elevado nível ao apoio social, industrial, comercial e agrícola sempre com os olhos postos no bem-estar de todos os torrienses, o qual o grupo Municipal do PS votará a favor.-----

-----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----Assim e afluindo a intervenção do deputado municipal João Rodrigues esclareceu que

município de Torres Vedras está ao lado de todas as associações do concelho de âmbito social para que possam promover melhores condições para os seniores e também que para o PART que neste orçamento prevê 1,2 milhões de euros no sentido a que haja uma melhor mobilidade no território. -

-----Abordando algumas das palavras proferidas pelo deputado municipal Luís Carlos Lopes lamentou que a única proposta que o PSD fez foi passar a sede da Promotores para a Azenha do Ameal, e quanto ao corolário dos mandatos, manifestou o seu orgulho nos presidentes de Câmara que o antecederam e que lideraram os destinos do município muito bem ao longo da democracia em Portugal, onde o poder local foi e tem sido uma das alavancas do desenvolvimento local e regional.-----

-----Relativamente ao pavilhão gimnodesportivo da Carvoeira manifestou-se totalmente disponível para resolver o problema mas até hoje não foi encontrada solução. Lembrou que a junta de freguesia solicitou à Câmara Municipal apoio para a construção do pavilhão, que pensou ser sua propriedade, mas não é, sendo isso que está em causa. Contudo e tratando-se de um equipamento importante para a população foram feitos alguns melhoramentos para manter a porta aberta e têm consciência que as obras têm que ser concluídas.-----

-----Ainda em resposta à deputada municipal Paula Mota assegurou que enquanto for presidente a escola e o jardim-de-infância de S. Domingos de Carmões não encerrarão pois fazem parte da estratégia de coesão social e territorial do concelho.-----

-----Sobre os exemplos de outros municípios dados pelo deputado municipal Pedro Castelo disse que adora trabalhar com todos os autarcas eleitos, e quando o fazem não representam os partidos, pois são homens e mulheres que dão o melhor pelas terras que os elegeram. Para além disso, Torres Vedras também tem um programa de referência de atração de incentivos financeiros para as empresas, contando com mais de 10.500 empresas sedeadas em Torres Vedras, sendo este um dos desígnios do Executivo PS assim como de qualquer município do país. -----

-----Por último agradeceu as palavras do deputado municipal Rui Prudêncio e a visão do PS em relação ao orçamento para 2021, tranquilizando o presidente da Assembleia quanto ao futuro centro educativo do Maxial, para o qual estão trabalhar em estreita cooperação com o presidente de junta.

-----Pedi novamente a palavra o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* para assinalar a inexatidão da intervenção do colega Nelson Aniceto, pois versou o facto de ser em Arenes que estava prevista uma piscina é onde será só feito um relvado, tendo na altura a divergência do PSD sido sobre a metodologia dos empréstimos relativamente aos campos relvados das freguesias. ----

----- Em relação à questão das obras mapeadas, salientou que o problema é precisamente que algumas delas desapareceram, apelando que a este propósito não seja utilizada a desculpa de

outros concelhos terem fundos extra, pois Torres Vedras usufrui de fundos da zona centro. -----

-----Relativamente à confusão entre votar favoravelmente e contra e assim serem contra tudo, não aceita que faça essa analogia. -----

-----Por último manifestou o seu desacordo pelo facto de o edil ter tentado iludir os torrienses e todos os presentes pois sabe que não podem fazer propostas de alteração ao orçamento. Concluiu referindo não perceber a razão de ter desvalorizado algumas empresas importantes do concelho que estão sedeadas no polo do Amel, tendo apenas dado como exemplo a instalação da Promotorres na Azenha da Ponte à semelhança do Centro Municipal Florestal que está localizado no Maxial. -----

-----Concluídas as intervenções o presidente da mesa colocou os documentos à votação: -----

-----A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista nas alíneas a) e o) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2023 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 25 votos a favor 3 votos contra e 9 abstenções aprovar os documentos previsionais para 2021 do Município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal. -----

-----Anota-se que votaram contra João Rodrigues, Pedro Castelo e João Pedro Gomes e abstiveram-se Maria Teresa Oliveira, Paula Mota, Sérgio Jacinto, Rita Sammer, Dina Almeida, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, Nuno Henriques e Ana Fiéis. -----

#### **4 - PROPOSTA N.º 66/CM/2020 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**-----

-----Presente ofício número 6225 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2/12/2020 a dar conhecimento na sua reunião de 27/11//2020, atentas as competências da Assembleia Municipal, deliberou, propor à Assembleia Municipal: a) Aprovar a manutenção do modelo de estrutura interna hierarquizada, tal como consta no ROSM 2014;b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares mantendo o Departamento de Estratégia, do ROSM 2014, e propondo a criação do Departamento de Educação e Atividade Física. c) Aprovar a manutenção do número máximo de unidades orgânicas flexíveis de 14, tal como consta no ROSM 2014; d) Aprovar o número máximo total de subunidades orgânicas, sendo proposto que passe de 14 para 16 e, e) Aprovar a manutenção do número máximo de equipas de projeto em 10, tal como consta no ROSM 2014; -----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que como nota introdutória, referiu que os recursos humanos são muito importantes em qualquer organização e a Câmara Municipal, atentas as evoluções no tempo e como qualquer entidade carece de revisitação ao seu modelo funcional, e nesse âmbito entenderam entre outras alterações, manter o Departamento de Estratégia, passando

a DGU a depender diretamente deste departamento, propor a criação do Departamento de Educação e Atividade Física, passando a Divisão de Educação e Atividade Física a designar-se Divisão de Educação e colocar na dependência direta do presidente da Câmara o Serviço Municipal da Proteção Civil. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD considera que este regulamento é importante porque confere estrutura à política do município, e nesse sentido a informação que lhes chegou está pouco superficial pois não refere os critérios e os pressupostos das alterações que foram feitas e também incompleta porque não refere a extinção e criação de novas divisões como por exemplo da DGAU e questionou se é coerente o Gabinete Técnico Florestal não aparecer na dependência da Área Agro-Florestal e Espaços Verdes. -----

----Quanto à criação deste novo departamento, nada têm a opor mas foram parcas as explicações, embora consiga intuitivamente perceber a sua importância, mas por analogia não consegue perceber uma opção política que revisitou que concerne ao pedido de cessão de funções da Eng.<sup>a</sup> Isabel Policarpo, um assunto que foi mal tratado e mal explicado pelo edil na altura mas que hoje perante este documento, compreende. -----

----Disse ainda que embora o PSD vá votar a favor, trouxe novamente a questão para assinalar e se por um lado percebe a criação do Departamento de Educação e Atividade Física, não percebe porque não se criou o Departamento de Infraestrutura e Obras Municipais como era proposta da Eng.<sup>a</sup> Isabel Policarpo, tendo em conta os fundamentos que apresentou. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* solicitou esclarecimentos quanto à criação do departamento, a extinção de 3 secções e a criação de 5, no sentido de perceber as alterações introduzidas. -----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* especificou que estavam perante uma alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais, que é competência da Assembleia Municipal aprovar, mas a política relativa aos serviços municipais é da competência do presidente e da Câmara Municipal, e tendo em conta as exigências de recursos humanos sobretudo na área da educação, e ainda tendo presente que a última alteração ao regulamento ocorreu em 2014, é normal que haja vontade de adequar os serviços às novas realidades no sentido de continuar a produzir e a trabalhar da melhor forma em função dos interesses da população de Torres Vedras. -----

----Para prestar alguns esclarecimento, tomou a palavra o **presidente da Câmara**, que relativamente à justificação para a criação do departamento de educação e atividade física, informou o deputado municipal que estava plasmada no art.º 35.º do ROSM que elenca nas suas 16 alíneas as suas competências, e que traduz uma aposta clara da autarquia nesta área que tem desafios

constante e permanentes e que levou a esta decisão política.-----

-----Relativamente à intervenção sobre a Eng.ª Isabel Policarpo fez notar que os técnicos podem ter a sua opinião o que é salutar para qualquer organização, mas os organismos como a Câmara Municipal em determinadas alturas têm que tomar decisões equilibradas e políticas encontrando assim as melhores soluções para a sua gestão. -----

-----O **presidente da mesa** antes de colocar à votação o assunto, fez uma breve referência ao art.º 46.º que elenca as competências do núcleo de apoio à Assembleia Municipal que se circunscrevem ao apoio administrativo.-----

-----A Assembleia Municipal atentas as suas competências previstas no do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação deliberou, por unanimidade aprovar alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais. -----

**5 - PROPOSTA N.º 67/CM/2020 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS EM FORMATO DIGITAL:**-----

-----Presente ofício número 6104 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25/11/2020, a remeter a proposta de regulamento em título atentas as competências do órgão deliberativo nesta matéria, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 24/11/2020. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que o regulamento em análise resultou do trabalho progressivo que o município tem vindo a fazer em matéria de modernização administrativa endereçando um agradecimento à equipa que o elaborou, numa aposta em modelos digitais na relação com o cidadão, no caso concreto na área do urbanismo com vista à implementação uma plataforma eletrónica que permite, em interoperação com a solução de atendimento presencial, e *online* submeter os processos de operações urbanísticas em formato digital, com o intuito de facilitar a vida do cidadão, que se mostrou particularmente importante nestes últimos meses, mas mantendo o equilíbrio entre estas duas soluções de atendimento.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse ter ouvido com agrado a introdução do edil, no que se refere à interoperação entre o presencial e o digital, pois considera importante que a relação pessoal não cesse apelando a uma atenção especial para quem não tem acesso às plataformas digitais para incluir todos os torrienses.-----

-----Referiu que se trata do primeiro regulamento municipal em formato digital, realçando que alguns torrienses deram contributos, nos quais a maior parte sugere a simplificação da organização dos processos e ficheiros e o CDS vai votar a favor -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, também interveio no sentido de valorizar esta proposta de regulamento, pertinente e necessária não só nesta fase que estão a atravessar mas também em

fases vindouras, realçando a qualidade da informação que foi disponibilizada, um exemplo de informação esclarecedora e muito bem concebida, de autoria do Arq.º César de Deus, realçando também o trabalho da equipa técnica responsável. -----

----- Assinalou ainda que lhe agradou o facto de ter havido vários munícipes credenciados que se constituíram como interessados e que os contributos apresentados em sede de discussão pública foram amiúde aceites e incorporados na proposta, e deste modo este processo de construção de regulamento foi bastante participado e bastante construtivo e responde pela sua qualidade confiando no discernimento de quem o produziu e o PSD vai votar a favor. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, disse que é entendimento do TnL que a transição digital é algo que tem que ser feito, mas sem exclusão dos info-excluídos, tendo em conta que quem não domina o digital não se pode sentir um cidadão inferior nem complexado no acesso aos órgãos da administração pública nem ao exercício dos seus direitos e das suas competências e esta proposta de regulamento não assegura isso mesmo. -----

----- Quanto ao período de transição (art.º 10) de dois anos pensa que o caminho faz-se caminhando, e a evolução para a transição digital tem que ser um caminho que as pessoas vão fazendo ao seu ritmo e não ser-lhe imposto pois mesmo em tempo de pandemia o contacto presencial tem um papel muito importante sendo o digital uma opção e tem que o ser entre outras. Para além disso não concorda com o n.º 2 e n.º 3 do art.º 8.º (assinatura digital) tendo em conta que o requerente só poderá fazer o pedido presencialmente, quando não possua assinatura digital e não se possa representar por 3.ª pessoa -----

----- Assim, este regulamento não salvaguarda todos os cidadãos que não estão tão familiarizados com estas tecnologias e com a digitalização e por essa razão vai votar frontalmente contra, não à digitalização mas ao facto de não salvaguardar convenientemente quem não tem esse acesso. ----

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* desde logo anunciou que o Grupo Municipal do PS iria votar frontalmente a favor do regulamento em análise, desde logo porque esta transição está prevista na legislação, dando os parabéns à Câmara Municipal por ter avançado com este processo, concordando contudo que há incapacidade de aceder de muitos cidadãos, mas é um primeiro passo através do qual os técnicos profissionais podem fazer um trabalho mais rápido. -----

----- Deste modo, considera um passo fundamental, um trabalho evolutivo, sendo importante que as pessoas possam resolver rapidamente os seus problemas, sem descurar as preocupações expressas e porque deste modo não estão a votar ao desprezo do cidadão comum, nem ao fechar da porta, mas a dizer que há mais caminhos. -----

----- O *deputado municipal Vale Paulos* em complemento às intervenções anteriores, interveio no

sentido de esclarecer que este regulamento só se aplica à instrução em formato digital de processos urbanísticos, que neste momento já existe na maioria das câmaras do país e advém da lei, assegurando que a transição digital é natural e bem-vinda, já devia estar em vigor há mais tempo e terá o seu voto favorável porque agiliza os procedimentos em benefício dos cidadãos. -----

----O **presidente da Câmara** assinalou que se trata de um processo consensual, fazendo votos que seja implementado a bem da digitalização e no sentido de prestar um serviço de melhor qualidade, especificamente na área do urbanismo, não esquecendo que a presença é sempre importante mas objetivando equilíbrio. -----

----Concluídas as intervenções passou-se à votação. -----

----A Assembleia Municipal em cumprimento da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 na sua atual redação deliberou por maioria de 36 votos a favor e 1 voto contra aprovar a proposta de regulamento municipal da instrução de processos em formato digital. -----

----Anota-se que votou contra Sérgio Jacinto. -----

**8 - PROPOSTA N.º 25/AM/2020 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:** -----

----O presidente da Mesa informou que os assuntos recebidos para este ponto seriam lidos pela mesa, sem prejuízo dos seus proponentes fazerem uma breve apresentação dos mesmos. -----

**MOÇÃO - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS:** -----

----“Considerando que os transportes são inferiores às necessidades das populações e que têm horários que não satisfazem nem as necessidades nem a procura. -----

----Considerando que a pandemia da Covid19 recomendava um aumento da oferta de transporte disponível de molde a garantir um maior distanciamento social e evitar assim qualquer perigo de contágio pelo vírus SAR Cov2 e que temos assistido, pelo contrário, à diminuição da oferta de transporte público no nosso concelho. -----

----Considerando que a oferta de transporte público para além de não estar a responder às mais elementares necessidades das populações, revela uma especial deficiência no que à população escolar diz respeito, aumentado quer por imperativos de horário quer por imperativo de ocupação a aumentar os riscos de contágio pelo Sars Cov2. -----

----Considerando que as empresas prestadoras do serviço de transporte público abusivamente contabilizam indevidamente a capacidade dos transportes, valendo-se de uma potencial capacidade entre lugares em pé e sentados, incumprindo assim as normas de distanciamento legalmente recomendadas o que é um grave atentado à saúde pública. -----

----Considerando que a exigência de mais e melhores transportes públicos bem como do respeito integral das normas de distanciamento e segurança emanadas pelas autoridades de saúde é uma

exigência das populações que não deve nem pode ser ignorada. -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Plenário a 15 de dezembro de 2020 delibera:-----

-----Que as entidades responsáveis nesta matéria, nomeadamente a Câmara Municipal e a OesteCIM exijam junto das empresas de transporte público rodoviário o imediato reforço da oferta de transportes públicos em frequência e em horários compatíveis com as necessidades das populações e muito especificamente com a da população escolar. -----

-----Que o texto integral desta moção seja dado conhecimento às seguintes entidades:-----

-----Câmara Municipal de Torres Vedras, OesteCIM, Secretaria de Estado dos Transportes e Empresas de transporte rodoviário que operam no concelho. -----

-----Assembleia Municipal de Torres Vedras 15 de dezembro de 2020. -----

-----Grupo Municipal do Partido Comunista Português.” -----

-----Iniciando as intervenções sobre este assunto o *deputado municipal* **António Carneiro** disse que não se sentia esclarecido para poder votar, não tem esta imagem da situação e não poderá votar a favor de algo que desconhece. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que estava curioso sobre a posição que o PS adotaria sobre esta moção, porque há dois meses atrás votaram contra a moção do CDS dizendo que estava mal fundamentada, e como esta lhe parece mais enquadrada, objetiva e descritiva, estava expectante para saber qual o argumento que o PS iria defender para votar contra.-----

-----Acrescentou que o CDS vê que a proposta é oportuna incidindo num problema que continua a persistir não só no concelho mas por todo o Oeste e que a OesteCIM continua a ter um grande caminho a percorrer nesta matéria e contará com o seu voto favorável. -----

-----O *deputado municipal* **Rui Prudêncio** manifestou a sua surpresa com a apresentação da moção, uma vez que existe uma Comissão Permanente de Mobilidade da Assembleia Municipal que está a elaborar um relatório sobre esta matéria, parecendo-lhe extemporâneo um partido que faz parte da citada comissão apresentar uma moção antes da recolha de todos os elementos e com base em pressupostos no mínimo subjetivos-----

-----Também deu nota que o PCP não compareceu em nenhuma reunião que já realizaram com as várias entidades envolvidas, faltando apenas reunir com o presidente da Câmara para ultimar o relatório, mas os dados que angariaram contradizem muito ou quase tudo o que vem na moção, pois têm conhecimento objetivo que a oferta é de 95% e a procura ronda 55%, colocando assim o primeiro parágrafo da moção fora do contexto da realidade.-----

-----Nesta altura pediu a palavra o *deputado municipal* **João Pedro Gomes**, para manifestar o seu



desagrado pelo facto de o colega estar a fornecer dados que ainda não foram discutidos na reunião da comissão, da qual também faz parte, achando que não faz grande sentido esta intervenção. ----

-----A esta questão o *deputado municipal Rui Prudêncio* respondeu que foram dados recolhidos numa reunião com a OesteCIM onde o deputado municipal esteve presente e são do conhecimento de todos os membros da comissão. -----

-----Também pediu a palavra a *deputada municipal Teresa Oliveira* para fazer notar que uma moção não tem que estar adenda a uma comissão de trabalho e para lamentar a intervenção do colega Rui Prudência que tem conhecimento das razões que impedem o PCP de participar nas reuniões, mas não disse ao plenário. -----

-----Assinalou que o PS pode arranjar os argumentos que quiser para votar contra, mas a moção está bem estruturada e traduz uma luta a favor dos transportes públicos e sabe pela sua profissão, através dos alunos, que as carreiras não estão a funcionar como deve ser, não sabe se estão a 90%, mas sabe que não estão a funcionar, nomeadamente por causa da pandemia, mas também porque sempre houve défice no concelho de Torres Vedras. -----

-----O *deputado municipal João Pedro Gomes* disse que a moção em discussão é pertinente e apresenta dados verdadeiros pois há um défice de transportes no concelho de Torres Vedras, e o seu colega, presidente da comissão, não pode vir dizer o contrário. -----

----- Referiu que esteve presente em todas as reuniões que a comissão realizou, e tinham dados de que a oferta estaria ajustada ao teletrabalho obrigatório em Lisboa e municípios confinantes, mas independentemente de achar que a colega do PCP podia ter esperado para apresentar a moção, e de achar que só deviam ter falado destes elementos com o relatório final da comissão, o problema existe, a oferta precisa de ser reforçada, a lotação dos autocarros precisa de ser revista e vai votar a favor. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* que sobre a oportunidade desta moção considerou que estando um relatório para ser elaborado podiam aguardar, realçou que o facto de existir a comissão não suspende o direito e o dever das diferentes forças políticas em apresentar as moções que bem entendam e não a choca. -----

-----Por outro lado assinalou que a intervenção do colega Rui Prudêncio parte do pressuposto que os únicos dados válidos são os da comissão, e como perceberam não é verdade porque há limites nas questões/respostas obtidas e o PSD vai votar a favor. -----

-----Em defesa da honra, pediu para intervir o *deputado municipal Rui Prudêncio* tendo que conta que foram tecidas considerações pessoais que não aceita, porque todos os membros da comissão têm acesso à correspondência e tudo o que disse hoje é factual. -----

-----Tendo em contas as intervenções proferidas o **presidente da Câmara** assinalou que estavam a discutir uma matéria sensível, confirmando que de acordo com a autoridade de transportes a oferta atingiu 95% e a procura diminuiu cerca de 40% no global e nas diretas 55%, estando os transportes escolares estabilizados, existindo ainda algumas questões pontuais, e assim mais uma vez solicitando que deem conhecimento aos serviços de anomalias neste serviço para que possam atuar com base em evidências.-----

-----Deu nota ainda que não possuem qualquer referência da GNR ou da PSP, que são entidades fiscalizadoras, de incumprimento por parte das operadoras.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 22 votos contra, 3 abstenções e 12 votos a favor não aprovar a moção em título.-----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Vasa, Rita Vilela e José Augusto de Carvalho, votaram a favor BE, PCP, CDS, TnL e PSD, e contra PS e Pedro Bernardes.-----

-----Declaração de voto de José Augusto Carvalho:-----

-----“A minha abstenção radica na situação do monopólio da Barraqueiro no concelho de Torres Vedras.”-----

**MOÇÃO – REPOR AS FREGUESIAS EXTINTAS – UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO:**-----

-----“O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.-----

-----Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.-----

-----Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.-----

-----Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do

PS, PSD e CDS. O PS avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão.-----

-----De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.-----

-----Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.-----

-----Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. ----

-----O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento.-----

-----A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações.-----

-----A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida a 16 de dezembro de 2020 delibera:

-----Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos;-----

-----Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.-----

-----Dar conhecimento da presente moção ao Primeiro-ministro, bem como aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Câmara Municipal de Torres Vedras, ANAFRE, Assembleias de Freguesia do Concelho de Torres Vedras, ANMP e Comunicação Social.-----

-----Torres Vedras, 16 de dezembro de 2020-----

-----Grupo Municipal do Partido Comunista Português.”-----

-----Pedi para usar da palavra o *deputado municipal Jacinto Leandro* para assinalar o voto favorável do grupo municipal do PS, que concorda em tese, não que o processo volte todo à mesma forma mas avaliando caso a caso pois faz sentido para algumas freguesias e assim propõem que o assunto volte aos órgãos próprios, Câmara e Assembleia Municipal para repor ou não as freguesias extintas, pois há algumas que não se justificam.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, defendeu que o CDS também nunca concordou com o que foi feito e mal feito, e são de opinião que este assunto vai merecer discussão no futuro mas acha curto que o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de

2021, contudo deviam ponderar iniciar esta discussão para estarem devidamente preparados quando forem chamados a votar, mas não podem votar a favor a moção como é apresentada.-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira*, alertou que a moção não refere reverter todas, mas só as que a população entender respeitando a sua vontade. -----

-----No sentido de reforçar as palavras do seu líder de bancada, o *deputado municipal António Carneiro*, lembrou que foi uma medida pomposamente anunciada pelo então ministro Relvas porque foi fácil extinguir freguesias e porque se poupava 1 milhão de euros ao Estado, pelo que considera relevante discutir novamente esta questão.-----

-----Também para se pronunciar sobre um assunto que classificou de sensível, pediu a palavra o *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, desde logo tendo em conta as aspirações de Runa já conhecidas pelo plenário, dando nota que o PSD a nível nacional já teve possibilidade de receber uma delegação de Runa e mostrou disponibilidade para rever a lei dentro de equilíbrio e mediante ponderação. -----

-----Para além deste facto também deu nota que Torres Vedras teve oportunidade de fazer uma pronúncia, mas o então presidente da Câmara Carlos Miguel, opôs-se e fez tudo para o impedir e se assim fosse, não teriam perdido as freguesias que perderam e quando foi secretário de estado disse que ia reverter o processo nesse mandato mas não fez nada.-----

-----Quanto à referencia feita na moção que no mandato anterior foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017, que foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS, lembrou que o PCP fez um acordo nesse mesmo mandato para governar com o PS. -----

-----Após a última intervenção o *presidente da Câmara* solicitou que fossem rigorosos informando que foi na legislatura em que Carlos Miguel foi secretário de estado que foi feita uma proposta trabalhada com a ANAFRE, que hoje está na posse do Presidente da República. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 28 votos a favor, 6 abstenções e 1 voto contra aprovar a moção em título.-----

-----Anota-se que votou contra Pedro Castelo, e se abstiveram Rita Sammer, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldés, Nuno Henriques, Ana Fiéis e José Augusto de Carvalho.-----

-----Não se encontrava presente João Pedro Gomes. -----

-----**Declaração de voto:** -----

-----“ O Grupo Municipal do Partido Socialista, concordando em tese com a moção que acabou de votar favoravelmente vem, em conformidade, aliás com a resolução/recomendação apresentada

pelo grupo parlamentar do PS na Assembleia da República, reafirmar a necessidade de reavaliação de todo o processo de extinção das freguesias, deixando aos respetivos órgãos municipais o poder de caso a caso proceder ou não á reposição das freguesias extintas”.

-----  
----- **Declaração voto de José Augusto Carvalho:** -----

----- “Abstenho-me porque esta problemática é suficientemente séria para justificar uma análise aprofundada.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO – MAIS ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- “Sabemos todos da importância que as Assembleias Municipais têm nas vidas dos Municípios Portugueses. -----

----- Vistas por muitos como parentes pobres do Municipalismo, ainda hoje há quem as confunda com a Câmara Municipal. -----

----- É precisamente nessa independência e autonomia que se quer, e que se reconhece hoje como saudável, que os Municípios ficam a ganhar. -----

----- As Assembleias Municipais como órgãos deliberativos, legitimam as decisões da Câmara e pugnam pela independência das decisões. -----

----- Contudo, as leis mudam, e hoje muitos mais assuntos são trazidos ao órgão deliberativo, o que tem provocado um aumento do número de Assembleias Municipais. -----

----- Em Torres Vedras, para o ano de 2021 temos um orçamento do Município de quase 69.000.000 Euros. -----

----- Quando olhamos para este orçamento e procuramos a verba destinada à Assembleia Municipal encontramos a insignificante quantia de 105.000 Euros. -----

----- Este valor representa 0.15% do orçamento do Município. -----

----- São disparidades absurdas. Valores incompreensíveis, realidades desajustadas, e que colocam em causa o bom funcionamento da Assembleia Municipal. -----

----- Um exemplo claro: estamos hoje aqui, dia 15 de dezembro de 2020 e se quisermos consultar as atas das 3 últimas Assembleias Municipais, não conseguimos, porque as mesmas não estão feitas. -----

----- E porquê? – Porque existe apenas uma funcionária administrativa (que ainda por cima não está apenas afeta a funções da Assembleia Municipal) que transcreva as atas. -----

----- Apesar do seu esforço e dedicação (e todos nós a conhecemos e sabemos do seu valor) é humanamente possível fazer mais e melhor. -----

----- Assim, e tendo em conta os considerandos anteriores, vêm a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão ordinária iniciada a 14 de dezembro de 2020, recomendar o seguinte: -

-----1)Que a Câmara Municipal afete com carácter de urgência mais funcionários (as) administrativos, para reforçar os meios humanos, dando assim mais mecanismos para um melhor e mais rápido funcionamento dos processos administrativos;-----

-----2)Que num próximo orçamento, possa ser revisto o valor, que para este ano de 2021 é atribuído à Assembleia Municipal, criando assim mais e melhores condições para que se verifique uma maior autonomia e independência entre Câmara Municipal e Assembleia Municipal;-----

-----Torres Vedras, 11 de dezembro de 2020.-----

-----O Grupo Municipal do CDS - Pedro Miguel Castelo e João Pedro Gomes.”-----

-----O **presidente da Mesa** teceu algumas considerações sobre o exposto, concluindo que na questão orçamental tem uma quota-parte bastante elevada, porque nunca colocou nenhuma questão de natureza orçamental que fosse recusada e assim deixava para o próximo mandato esta questão, mas quanto ao apoio administrativo e porque houve uma redução no mesmo, apelou ao edil que rapidamente suprisse esta lacuna.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, disse que não se tratava de uma moção de censura nem uma crítica ao presidente da mesa e nem uma crítica à falta de meios ou falta de orçamento, mas apenas de recomendar mais condições técnicas, humanas e financeiras para que a Assembleia Municipal funcione mais e melhor.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* partilhou desta preocupação, dando nota que não é só a questão das atas e do apoio administrativo que é muito importante, percebendo o esforço que a funcionária em causa faz para corresponder da melhor maneira às necessidades deste órgão, deixando a sugestão de ser adquirido um *software* para apoio à transcrição dos áudios para a escrita que já ajudaria, acrescentando que o funcionamento da Assembleia Municipal também ganhava bastante na celeridade de respostas que são dadas aos deputados.-----

-----O **presidente da Mesa** lembrou que este mandato também têm tido o apoio prestimoso da Vânia Bizarro que se tem traduzido em apoio técnico e apoio pessoal aos membros para além de assessorar as comissões no seu funcionamento.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* também manifestou o seu acordo com a recomendação em análise, a pensar no futuro e em reafirmação do papel da Assembleia Municipal, embora no presente haja algumas preocupações que estão a ser resolvidas-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques*, disse que nem tudo é perfeito, mas face à sua experiência noutros municípios estava agradavelmente surpreendido com o funcionamento dos serviços administrativos e de um modo global, reconhecendo o contributo pessoal e empenhamento do presidente da Assembleia nesse sentido.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* realçou o empenho pessoal e a dinâmica que o presidente da Assembleia continua a por no desenvolvimento dos trabalhos deste órgão, e já cá anda há alguns anos e se é verdade que as competências evoluíram, também é verdade que há agora uma grande diferença, desde logo os assuntos não vinham tão bem tratados, não havia CPL nem assessoria técnico - jurídica, mas acha que podem e devem sempre melhorar o desempenho das suas funções e deste órgão e assim melhorar a democracia, o concelho e a vida dos munícipes e naturalmente vota a favor da recomendação.-----

-----Terminadas as intervenções o **presidente da Câmara**, fez notar que a relação entre os dois órgãos tem sido um processo de aprendizagem e de evolução constante tendo em conta as novas competências cometidas pelo legislador, tendo sempre procurado responder às solicitações que lhe foram efetuadas que por vezes não é fácil face à dimensão da Câmara Municipal, tendo tomado nota do recomendado que carece de reflexão para o mandato futuro, para acima de tudo poderem dignificar os órgãos autárquicos. -----

-----O **presidente da Mesa** alertou que o mais urgente era a necessidade de recuperar algum reforço de apoio à funcionária na elaboração das atas. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a recomendação em título. -----

**VOTO PESAR – FREI (PADRE) ANTÓNIO MARQUES DE CASTRO:**-----

-----“ (1930-23020). -----

-----Nasceu em Travassô, concelho de Águeda, em 4 de setembro 1930. -----

-----Licenciou-se em Filosofia pelo Instituto Católico de Toulouse, França e Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. -----

-----Foi professor no Colégio Franciscano de Leiria entre 1962 e 1972, sendo ali reitor a partir de 1966 e mestre de estudos de Filosofia. -----

-----Integrava a Fraternidade do Convento de Varatojo desde 1972. -----

-----Foi guardião, vigário e ecónomo desta fraternidade durante muitos anos. -----

-----Foi procurador local da União Missionária Franciscana, serviço que prestou a toda a comunidade oestina durante praticamente todo o tempo que permaneceu em Varatojo, deixando marca humana e espiritual. -----

----- Faleceu no passado dia 20 de novembro. -----

-----O padre Castro, como era tratado por todos, teve toda uma vida dedicada aos outros. -----

-----Era próximo e amigo de todos. -----

-----É com tristeza que o vemos partir. -----

-----A comunidade Franciscana, bem como a comunidade Torriense, ficou mais pobre, restando a

todos o consolo espiritual do seu exemplo de vida.-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em 15 de dezembro de 2020 deliberou aprovar um Voto de Pesar pela morte do Padre Castro e endossar à sua família bem como à comunidade Franciscana de Varatojo as mais sentidas Condolências.-----

**VOTO DE PESAR - JOSÉ GOMES CORREIA:**-----

----“(1939-2020).-----

----Natural de Quelimane, Moçambique.-----

----Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.-----

----Professor na Escola Industrial e Comercial de Torres Vedras desde meados dos anos sessenta, ainda na Av. 5 de Outubro, passando para a nova Escola, na Rua Henriques Nogueira, que Inaugurou em 1971 e onde lecionou até à aposentação.-----

----Lecionou depois durante algum tempo na Universidade da 3.<sup>a</sup> Idade de Torres Vedras.-----

----Foi jurista contratado da Câmara Municipal de Torres Vedras e da Câmara Municipal de Cadaval durante vários anos e advogou em “part time” durante algum tempo.-----

----Era sócio honorário do Rotary Club de Torres Vedras.-----

----Amigo do seu amigo, jovial e tranquilo.-----

----Era, em suma, um homem bom.-----

----Faleceu no passado dia 9 de dezembro.-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em 15 de dezembro de 2020 delibera aprovar um voto de Pesar pela morte do Dr. José Gomes Correia e endossar à sua esposa, Dra. Maria José Correia, e demais família as mais sentidas condolências.”-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os votos em título e observou um minuto de silêncio em memória dos falecidos.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

----Tendo sido pedido pelo presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, sendo a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

----Tendo-se chegado à hora estipulada para o encerramento da reunião (10.30h) e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e em cumprimento do n.º 3, do art.º 34.º do Regimento da Assembleia Municipal, anunciou que continuariam no dia 21 de dezembro pelas 18.30h, dando por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----



**AOS VINTE E DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 14 DEZEMBRO DE 2020:**-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho e Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

-----Faltaram os presidentes de junta António Espírito Santo e Francisco Martins e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 12.º do Regimento foi considerado faltoso o deputado municipal António Martins Moreira que se ausentou definitivamente antes do termo da sessão.-----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Cláudia Horta Ferreira-----

-----Antes de iniciar os trabalhos o primeiro secretário António Fortunato deu nota que a mesa recebeu pedido de justificação de falta do presidente de junta de freguesia António Espírito Santo, e pedido de substituição do deputado municipal Nelson Aniceto, continuando em efetividade de funções Artur Narciso em substituição do mesmo.-----

**9 - PROPOSTA N.º 26/AM/2020 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**-----

-----Presente informação referente à atividade do município de 23/09/2020 a 09/12/2020, a qual se

considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores regista € 1.089.995.00 e o total de € 7.902.057,51 de disponibilidades. -----

-----O *deputado municipal Rui Lopes* referenciou que o concelho de Torres Vedras foi reconhecido na passada semana como o 3.º município mais sustentável do país e tendo em conta a intervenção que fez na primeira reunião desta sessão sobre as Eco-escolas questionou qual o motivo de apenas o agrupamento da Madeira Torres não ser considerado um Eco-Agrupamento. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* começou por dizer que lhe parece recomendável e urgente que seja aberto rapidamente um novo concurso para preenchimento das vagas emergentes na reserva de recrutamento de assistentes operacionais, pois neste momento não está ser possível efetuar as substituições dos que estão a faltar por razões de ordem médica. -----

-----Abordou também a questão do ensino superior que está na ordem do dia, tendo sido assinado um protocolo com o IPL para a criação de uma escola de saúde em Torres Vedras, que o PSD saúda, mas deixou a nota que o edil fez uma intervenção numa das últimas reuniões como se a vinda do ensino superior fosse algo que resulta do seu mandato, recordando que antes já existiam licenciaturas, concretamente no Instituto Politécnico do Oeste, que neste momento já não existe. --

-----Também lhe parece que não há um evoluir tão significativo ao dia de hoje para que se esqueça deste histórico, pensando que nem no próximo ano letivo essa questão das licenciaturas vai ser uma realidade em Torres Vedras. -----

-----Relativamente à questão dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual), sobre o qual o edil voltou a aludir numa das últimas reuniões, não de uma forma absolutamente esclarecedora, uma vez que referiu o valor de €261.000,00 para o apoio às instituições locais, considerou importante que clarificasse o facto de para as associações só ter sido alocado o montante de €57.000,00, dos quais €46.000,00 foram para o Lar de Nossa Senhora da Luz aquando surto, e para além disso têm duas verbas significativas atribuídas à ASOTE e à Cruz Vermelha que estão ao serviço do município e assim para as 28 IPSS do concelho, só resta o valor global de €5.000,00 que dá o valor médio de €184,00 por cada uma. Em cerca de 6 meses de pandemia estão a falar de €30,00 por mês de apoios de EPI.-----

-----Aproveitou a oportunidade de responder sobre a questão das Eco-escolas, na qualidade de diretora do agrupamento em causa, onde há escolas que são eco e outras não. Delega nos seus coordenadores de cada estabelecimento a tomada de decisão sobre esta matéria, tendo sido o entendimento que, pese embora desenvolvam inúmeras iniciativas no que diz respeito à promoção da cidadania ambiental com os seus alunos, algumas coordenadoras entenderam que a participação

formal com o preenchimento da plataforma ainda não era viável à data, mas o mais importante são as práticas que são ambientalmente saudáveis e esta formalização irá acontecer quando acharem oportuno. -----

-----O *deputado Municipal João Pedro Gomes* interveio no sentido de alertar que junto ao Mcdonalds da Conquinha, devido ao seu drive-in, se tem verificado grande dificuldade na circulação do trânsito, situação que se tem agravado agora com a pandemia, tendo em conta que só existe um sentido, retendo assim em fila quem vai para a Serra da Vila, solicitando urgência na resolução deste problema.-----

-----O *deputado Municipal Sérgio Jacinto* reforçou o teor da intervenção anterior, no sentido de manifestar a sua preocupação uma vez que já se tinha percebido as incongruências da mobilidade ou da imobilidade que tem acontecido recentemente na cidade e no concelho.-----

-----Nesta sequência e atendendo ao facto de estar prestes a abrir uma outra unidade de restauração em todo similar, questionou que o edil proferisse algumas palavras sobre este problema, já que as filas do estabelecimento que já está aberto faz com que as pessoas que vão para a Serra da Vila tenham que ultrapassar um traço contínuo. -----

-----De seguida questionou o que pensa a autarquia fazer relativamente a um poço que foi achado na sequência das obras do Jardim da Graça, a ser verdade que remonta aos séculos XVIII ou XIX.

-----Questionou ainda qual a razão do arranjo lateral ao Teatro Cine, e a que se destina.

-----Por último assinalou que desde 1997 que o concelho de Torres Vedras é atravessado pela A8 e desde 2002 que esta mesma autoestrada chega a Leiria e de então para cá são vários os expressos que cruzam o nosso concelho sem fazerem uma única escala, considerando importante que passados 20 anos o município combata essa lacuna e que esses expressos comecem a fazer escalas na cidade e no concelho de Torres Vedras servindo toda a população quer a que trabalha quer na que estuda designadamente a norte do país. -----

-----Relativamente ao documento em análise o *deputado municipal Pedro Castelo* constatou que sobre estradas há muito pouco ou quase nada, referindo apenas arruamentos diversos nas freguesias do concelho que não são estradas e deste modo vê que o investimento é pouco ou quase nenhum, atrevendo-se a dizer que são mesmo as piores de toda a região Oeste -----

----- Lembrou que na sessão de setembro questionou sobre a previsão de intervenção na estrada municipal entre a Ereira e a Loubagueira, que está completamente partida sendo muito perigosa e que continua na mesma, agravada agora com o mau tempo, tendo o edil dito que seria intervencionada até final do ano, mas hoje já é dia 21, questionando se mantém ou ficará para o próximo ano.-----

-----Reportando-se à pandemia da COVID-19 o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* anotou que estão um pouco melhor em Torres Vedras, mas pior a nível nacional e até em termos europeus com a emergência de uma nova variante do vírus, e como tal estando a 8 semanas do Carnaval alertou para a necessidade do edil não esperar pelo parecer da DGS e ser proactivo como costuma ser em tantas coisas, tomando decisões relativas aos eventos de Carnaval que foram planeados, quando se prevê que as vacinas mesmo para o 1.º grupo de risco não será antes de abril, e ainda quando se fala que só para outubro ou novembro é que a população portuguesa estará parcialmente inoculada, solicitando que tenha atenção a esta situação.-----

-----Na senda deste assunto, e reportando-se à instalação do quiosque do Carnaval que dito pelo edil a Promotorres tinha pedido autorização à Câmara Municipal, que tinha autorizado, a *deputada municipal Rita Sammer* solicitou que fosse rigoroso nas suas explicações, sinalizando que matéria que a Câmara autoriza vai a reunião e neste caso concreto os vereadores não foram chamados a deliberar.-----

-----O *deputado Municipal Pedro Castelo* reportando-se ao documento em título no que se refere à Requalificação paisagística da Encosta do Choupal - questionou o presidente da Câmara, agora que esta parte está reabilitada, para quando uma melhoria do piso na Rua das Linhas de Torres até ao Forte de S. Vivente.-----

-----Foi dada a palavra ao *presidente da Câmara* que começou por agradecer a intervenção do deputado municipal Rui Lopes, pois têm desenvolvido muito trabalho em termos de sustentabilidade do território validando o mesmo através do ECOXXI, para o qual têm que cumprir um grande número indicadores sendo por isso um motivo de orgulho estarem no pódio nacional a par do município do Pombal e de Loures, que igualmente traduz o trabalho que a comunidade torriense faz nesse sentido, que a autarquia pretende continuar no âmbito da Agenda 2030 de acordo com os desígnios das Nações Unidas nesta matéria. -----

-----No que diz respeito à educação ambiental, informou que em 2017 assinaram um protocolo com os 4 agrupamentos de escolas do município, com o objetivo de terem no final de 2020 todas as escolas, Eco-Escolas, mas o Agrupamento de Escolas Madeira Torres não conseguiu cumprir com o protocolado, fazendo votos que o consiga fazer em 2021, contudo e apesar disso, o município de Torres Vedras foi o concelho de Portugal com mais eco-escolas. -----

-----Quanto à questão sobre as assistentes operacionais deu nota que esgotaram a bolsa de recrutamento e está a decorrer um processo de recrutamento no Instituto de Emprego e Formação Profissional através do modelo CEI, com o intuito de resolver a situação.-----

-----No tocante às suas declarações sobre o ensino superior, frisou que o trabalho que tem vindo a

fazer desde que tomou posse, foi sempre com o desígnio de trazer esta valência educativa para o território. Começou com a escola agrícola, desenvolveu-se através de um protocolo com o IPL para lecionar os TESP que conta com 203 alunos, e em função desta parceria terão agora oportunidade de trazer para a cidade um polo da escola superior de saúde do IPL, que funcionará no antigo edifício dos SMAS. Paralelamente e em boa hora conseguiram dar um destino de referência ao antigo hospital Dr. José Maria Júnior, no Barro, através da celebração de um protocolo com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, cujo plano estratégico de ação já foi apresentado à Comissão de Saúde da Assembleia Municipal e para o qual neste momento estão a trabalhar para fechar o modelo de gestão, que virá depois à Assembleia Municipal para começarem a dar os passos tendentes a que seja um espaço de excelência dedicado à saúde onde a formação e o ensino terão um papel fundamental. -----

-----No que se refere ao assunto EPI, informou que âmbito do controlo à COVID-19 a Câmara Municipal no adquiriu material que armazenaram para a Câmara Municipal, SMAS e Promotorres, cujo *stock* foram gerindo em função das necessidades dos serviços mas também para fazer face aos pedidos que foram surgindo por parte das IPSS, uma vez que atravessaram um período complicado com escassez a nível do mercado. Assegurou que a capacidade de resposta da autarquia foi de 100%, em função das suas disponibilidades, pelo que não entende esta tentativa de fazer política com esta matéria. -----

-----Deu nota ainda que dentro do programa municipal extraordinário de apoio no âmbito do COVID-19 criaram uma medida específico para as IPSS tendo alocado ao mesmo €100.000,00, as quais concorreram para o apoio em função do problema de cada uma. -----

-----Deu nota ainda que na linha da frente a colaborar com o município e a Delegação de Saúde Pública têm estado duas associações do concelho, a ASOT e a Cruz Vermelha de Torres Vedras, em consonância com o trabalho efetuado pelo Serviço Municipal da Proteção e também dos Bombeiros Voluntários. -----

-----Relativamente à questão do trânsito junto ao Mcdonalds informou que a situação já está resolvida passando o traço contínuo a descontínuo. -----

-----Quanto ao poço deu nota que as obras no Jardim da Graça estão a ser acompanhadas pela Direção Geral do Património Cultural para encontrar a solução técnica para o efeito, e quanto à rede de expressos deu nota que há uma linha Lisboa/Peniche que faz escala em Torres Vedras, contudo há trabalho a fazer nesta área considerando pertinente melhorar a oferta. -----

-----No que se refere às estradas, disse ao deputado municipal Pedro Castelo que se andar pelo concelho poderá aferir o esforço significativo que têm feito na sua reparação e concretamente quanto

ao troço entre a Loubagueira e a Ereira informou que a obra já tinha iniciado mas tiveram que interromper devido às condições climatéricas e que para segurança dos trabalhadores irão remeter os trabalhos para o início da Primavera.-----

-----No que concerne ao Carnaval, será um assunto a abordar no devido tempo, sendo que quanto ao quiosque para venda de mercadoria alusiva ao mesmo, a autorização da ocupação da via pública é competência do presidente da Câmara delegada no vereador do urbanismo, não carecendo de deliberação por parte do Executivo, e se referiu câmara devia ter dito presidente da Câmara. -----

-----Por último e no que se refere às obras de requalificação paisagística da Encosta do Choupal, que estão a decorrer, pensa que até ao final de junho de 2021 será colocado novo pavimento na via em causa. -----

-----O deputado municipal **Nuno Henriques** na sequência da questão sobre o Jardim da Graça e sobre a Carta do Património já aludida pelo edil, solicitou que não seja elaborada por uma empresa, mas pela academia. -----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* manifestou a sua surpresa quanto à resposta do edil relativamente ao traço contínuo ter passado a descontínuo junto do Mcdonalds, pois já na altura em que fizeram aquelas alterações achou que não iriam facilitar em nada.-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* interveio novamente classificando a intervenção do presidente da Câmara contraditória em relação ao Carnaval, parecendo que agora já não há urgência em planear atividades do evento. -----

-----O **presidente da Câmara** respondeu que a Carta do Património está a ser elaborada no âmbito da revisão do PDMTV por uma equipa interna, no que se refere ao restaurante Mcdonalds informou que tiveram que alterar o drive-in, obra que terminou na quarta-feira e no sábado, fruto de uma avaliação que fizeram, constataram a necessidade de passar o traço para descontínuo que espera, dê resultados positivos. -----

-----Por último respondendo ao deputado Luís Carlos Lopes disse trabalharam as medidas do Natal e do Ano Novo e que agora estava na altura de trabalhar o Carnaval, para o qual aguardam a decisão final da DGS. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:** -----

**9.1 - PROPOSTA N.º 27/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2018):** -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente

informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 4852 de 01/10/2020-----

-----1 – Processo CT 761/2020 – Requerimento CT 5919/2020 – Margarida Maria Faria Prior – parcela de terreno, situada no Largo da Sorte, Curvel, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 151,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 944, da Freguesia da Carvoeira (extinta), e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1891, da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, que já integra a via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 755,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 780,00.-----

-----2 – Processo CT 463/2020 – Requerimento CT 3501/2020 – Maria de Lurdes Gomes Rosa – parcela de terreno, situada no Casal Loural de Baixo, Freguesia da Ventosa, com a área de 220,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2756, da Freguesia da Ventosa, e inscrito na matriz sob o n.º 51, Secção FF, (parte) da referida freguesia, destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 1.100,00.-----

-----3 – Processo ED 310/2019 – Requerimento ED 7031/2019 – Maria Lucília da Silva Coelho Rodrigues – parcela de terreno, situada na Rua Casal do Outeiro em Fonte Grada, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 26,15m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 8613, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 9754-P, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, destinados à requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 130,75, arredondado nos termos do CIMI, para € 140,00.

-----4 - Processo ED 247/2020 – Requerimento ED 3007/2020 – Rodrigo Pereira Santos – parcela de terreno, situada na Moçafaneira, Freguesia de Ventosa, com a área de 30,42m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3814, da Freguesia de Ventosa, e inscrito na matriz sob o n.º 5419-P, da referida freguesia, destinados à requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 152,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 160,00.-----

-----5 – Processo ED 224/2020 – Requerimento ED 2790/2020 – Sérgio Paulo Bernardes Gomes - parcela de terreno, situada na Rua da Recomeira, Arneiros, Freguesia de Ventosa, com a área de 133,00m<sup>2</sup>, a destacar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2667, da Freguesia da Ventosa, e inscrito na respetiva matriz rústica, sob o artigo 56, secção AA, da referida freguesia, que foi já ocupada com o arruamento, à qual foi atribuído o valor unitário

de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 655,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 660,00.

-----Ofício número 5269 de 19/10/2020:-----

-----1 – Processo CT 680/2020 – Requerimento CT 5185/2020 – Paulo Lucas Alves Soares – parcela de terreno, situada na Rua Paulino Alves em São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 150,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3387, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e omissos na matriz, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 750,00.-----

-----2 – Processo CT 666/2020 – Requerimento CT 5074/2020 – Tecnitrio – Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Principal em Monte Redondo, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 1.254,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 244, da Freguesia de Monte Redondo (extinta), e inscrito na matriz 65, secção C, da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 6.270,00.-----

-----3 – Processo ED 229/2019 – Requerimento ED 5298/2020 – Diana Raquel Gomes Anacleto – parcela de terreno, situada no Pátio do Benedito nas Palhagueiras, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 187,10m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 9441, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz rústica sob o n.º 46, secção 1-A, da referida União de Freguesias, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 935,00, arredondado do CIMI, para € 940,00.-----

-----4 – Processo ED 434/2019 – Requerimento ED 9109/2020 – António Manuel Jesus da Silva – parcela de terreno, situada no Casal Vale da Água, Ameal – Freguesia do Ramalhal, com a área de 28,50m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2655, da Freguesia do Ramalhal, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 3103, da referida Freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 142,50, arredondado nos termos do do CIMI, passando o valor a ser de € 150,00.--

-----5 – Processo ED 463/2019 – Requerimento ED 9580/2019 – Tiago André Caldeira Vicente Nobre, parcela de terreno, situada em Lavradio – Freixofoeira, Freguesia do Turcifal, com a área de 54,85m<sup>2</sup> para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2556, da Freguesia do Turcifal e inscrito na matriz sob o artigo 24 da secção R, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 274,25, arredondado nos termos do CIMI, para € 280,00.-----



-----6 – Processo ED 291/2020 – Requerimento ED 3441/2020 – Floresta Invicta, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua da Arroteia – Ramalhal, Freguesia do Ramalhal, com a área de 207,00m<sup>2</sup> para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o art.º 1988, da Freguesia de Ramalhal, e inscrito na matriz sob o artigo 64, secção R, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 1.035,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.040,00. -----

-----7 – Processo ED 136/2020 – Requerimento ED 1857/2020 – Eduardo Manuel Garcia da Silva – parcela de terreno situado em Freixeira – Braçal, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 25,10m<sup>2</sup> para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 555, da freguesia de Carmões (extinta), e inscrito na matriz sob o art.º 140, secção 1-B, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 125,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 130,00. -----

-----8 – Ana Filipa Estevão Carlos – Requerimento ED 204/2020 – Ana Filipa Estevão Carlos – parcela de terreno, situada no Alto da Mariana, Bombardeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 53,17 m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 9353 da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) e inscrito na matriz urbana sob o artigo 6798-P, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 270,00. -----

-----Ofício número 5599 de 30/10/2020:-----

-----1 – Processo CT 368/2020 – Requerimento CT 2841/2020 – Rosa Tavares em representação de: cabeça de casal da herança de Camilo Bernardino dos Santos – parcela de terreno, situada em Casas Novas, freguesia de Ponte do Rol, com a área de 300,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 529, da Freguesia de Ponte do Rol, e inscrito na matriz sob o n.º 1292, da referida freguesia, para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 1.500,00. -----

-----2 – Processo CT 468/2020 – Requerimento CT 3545/2020 – Ana Cristina Alves dos Reis Vieira - parcela de terreno, situada no Beco dos Mirandas em Casalinhos de alfaiata, Freguesia de Silveira, com a área de 206,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2287, da Freguesia da Silveira, e inscrito na matriz sob o n.º 4340, da referida freguesia, destinados à via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 1.030,00. -----

-----3 – Processo ED 266/2020 – Requerimento ED 3196/2020 – Mário Nelson Faustino Ribeiro - parcela de terreno, situada no Beco do Barnabé na Portel de Belmonte, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 39,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3784, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz sob o n.º 4580, da referida freguesia, destinados à via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 195,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 200,00. -----

-----4 – Processo de obras ED 485/2019 – Requerimento ED 9781/2020 – Paulo Manuel Conceição Lopes, parcela de terreno com a área de 177m<sup>2</sup> para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1953, da freguesia de Campelos e omissa na matriz, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 885,00, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 900,00. -----

5 - Processo de obras ED 89/2020 – Requerimento ED 1199/2020 – Paulo Renato Lopes Raposo, parcela de terreno com a área de 9,70m<sup>2</sup>, que serão retirados do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 978, da freguesia de Runa e inscrito na matriz sob o art.º 2862 urbana, da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 48,50, valor este arredondado para € 50,00, nos termos do CIMI. -----

-----6 - Processo de obras ED/57/2020 – Requerimento OP/822/2020 - Maria de Fátima Melícias Serra Fernandes, parcela de terreno com a área de 298,00m<sup>2</sup>, a retirar da parte rústica do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 7506, da freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na matriz sob o art.º 130 rústico, Secção EE, e art.º 6066, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz o valor de € 1.490,00. -----

-----Ofício número 5783 de 13/10/2020.-----

-----1 – Processo CT 678/2020 – Requerimento CT 5170/2020 – Graça Maria da Silva Jesus – parcela de terreno, situada no Casal da Maricota, na localidade de Cerca, freguesia de Silveira, com a área de 166,60m<sup>2</sup> a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1557, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o n.º 20, Secção L, da referida freguesia, para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 833,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 840,00.-----

-----2 – Processo ED 121/2020 – Requerimento ED 1694/2020 – Cabeça de Casal na Herança de

António Maria Henriques Leal – parcela de terreno, situada na Rua Catarina Anes Benemérita, n.º 14, em Ermegeira, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 5,00/m², inscrito na matriz sob o n.º 2926, da Freguesia de Maxial (extinta), e omissos na Conservatória do Registo Predial, destinados à via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 25,00, arredondado nos termos do CIMI, para o € 30,00.-----

-----3 – Processo ED 618/1957 – Requerimento ED 2567/2020 – António Severino da Cunha - parcela de terreno, situada na Rua Filipe Tiago, n.º 13, em Casal da Varzinha, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 97,00m² a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2643, da Freguesia de A-dos-Cunhados, e inscrito na matriz sob o n.º 3087, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinados à via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 485,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 490,00.-----

-----4 – Processo CT 807/2020 – Requerimento CT 6270/2020 – Cidália Maria Santos Silva Gaió - parcela de terreno, situada na Rua dos Moinhos, em Vila Seca, com a área de 174,00m² a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2702, da Freguesia de Maxial (extinta), e inscrito na matriz sob o n.º 68, Secção LL, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, destinados a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 870,00.-----

-----5 – Processo ED 235/2020 – Requerimento ED 2847/2020 – Carlos Vitorino - parcela de terreno, situada na Rua Mártir São Sebastião, em Abrunheira, com a área de 15,90m² a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3622, da Freguesia de Ramalhal, e inscrito na matriz sob o n.º 19, Secção V, da Freguesia de Ramalhal, destinados a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 79,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 80,00.-----

-----6 – Processo ED 183/2020 – Requerimento ED 6532/2020 – Vítor João Tomás Vieira Iria - parcela de terreno, situada na Rua do Facho, em Assenta, com a área de 31,00m² a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3759, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz sob o n.º 4591-P, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, destinados a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 155,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 160,00.-----

-----7 - Processo de obras ED 151/2020 - Requerimento ED 2114/2020 – Davide José Henriques da Silva – parcela de terreno situado na Rua Da Serra, Casal da Serra, Freguesia de Ponte do Rol, para requalificação da via pública, de 117,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória

do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1, da Freguesia de Ponte do Rol e inscrito na matriz sob o artigo 83, Secção “1A”, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 585,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 590,00.

-----8 - Processo de obras ED 238/2020 – Requerimento ED 2877/2020 – Ricardo Nuno Malaquias Franco – Parcela de terreno situado na Rua do Miranda, Casal do Neto, Freguesia De Silveira, 65.10m<sup>2</sup>, a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8352, da freguesia de Silveira e inscrito na matriz sob o art.º 115, da Secção F, da freguesia de Silveira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 325,50, valor este arredondado para € 330,00, nos termos do CIMI. -----

-----9 - Processo de obras ED/396/2020 – Req. ED/4697/2020 – Emanuel José Brás Francisco – parcela de terreno situado na Rua Principal, Carregueira, Freguesia de Ventosa, com a área de 54,50 m<sup>2</sup> para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5456, da freguesia de Ventosa e inscrito na matriz sob o n.º 5422 - P, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 272,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 280,00. -----

-----Ofício número 6166 de 27/11/2020-----

-----1 – Processo CT 678/2020 – Requerimento CT 5170/2020 – Graça Maria da Silva Jesus – parcela de terreno, situada no Casal da Maricota, na localidade de Cerca, freguesia de Silveira, com a área de 166,60m<sup>2</sup> a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1557, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o n.º 20, Secção L, da referida freguesia, para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 833,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 840,00.-----

-----2 – Processo ED 121/2020 – Requerimento ED 1694/2020 – Cabeça de Casal na Herança de António Maria Henriques Leal – parcela de terreno, situada na Rua Catarina Anes Benemérita, n.º 14, em Ermegeira, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 5,00/m<sup>2</sup>, inscrito na matriz sob o n.º 2926, da Freguesia de Maxial (extinta), e omissos na Conservatória do Registo Predial, destinados à via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 25,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 30,00. -----

-----3 – Processo ED 618/1957 – Requerimento ED 2567/2020 – António Severino da Cunha - parcela de terreno, situada na Rua Filipe Tiago, n.º 13, em Casal da Varzinha, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 97,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2643, da Freguesia de A-dos-Cunhados, e inscrito na matriz sob o n.º 3087, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e

Maceira, destinados à via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 485,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 490,00. -----

-----4 – Processo CT 807/2020 – Requerimento CT 6270/2020 – Cidália Maria Santos Silva Gaio - parcela de terreno, situada na Rua dos Moinhos, em Vila Seca, com a área de 174,00m<sup>2</sup> a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2702, da Freguesia de Maxial (extinta), e inscrito na matriz sob o n.º 68, Secção LL, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, destinados a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 870,00.-----

-----5 – Processo ED 235/2020 – Requerimento ED 2847/2020 – Carlos Vitorino - parcela de terreno, situada na Rua Mártir São Sebastião, em Abrunheira, com a área de 15,90m<sup>2</sup> a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3622, da Freguesia de Ramalhal, e inscrito na matriz sob o n.º 19, Secção V, da Freguesia de Ramalhal, destinados a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 79,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 80,00. -----

-----6 – Processo ED 183/2020 – Requerimento ED 6532/2020 – Vítor João Tomás Vieira Iria - parcela de terreno, situada na Rua do Facho, em Assenta, com a área de 31,00m<sup>2</sup> a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3759, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz sob o n.º 4591-P, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, destinados a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 155,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 160,00.-----

-----7 - Processo de obras ED 151/2020 - Requerimento ED 2114/2020 – Davide José Henriques da Silva – parcela de terreno, situada na Rua Da Serra, Casal da Serra, Freguesia de Ponte do Rol, para requalificação da via pública, de 117,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1, da Freguesia de Ponte do Rol e inscrito na matriz sob o artigo 83, Secção “1A”, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, o que perfaz um valor total de € 585,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 590,00.

-----8 - Processo de obras ED 238/2020 – Requerimento ED 2877/2020 – Ricardo Nuno Malaquias Franco – Parcela de terreno situado na Rua do Miranda, Casal do Neto, Freguesia De Silveira, 65.10m<sup>2</sup>, a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8352, da freguesia de Silveira e inscrito na matriz sob o art.º 115, da Secção F, da freguesia de Silveira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 325,50, valor este arredondado para € 330,00, nos termos do CIMI. -----

-----9 - Processo de obras ED/396/2020 – Req. ED/4697/2020 – Emanuel José Brás Francisco –

parcela de terreno situado na Rua Principal, Carregueira, Freguesia de Ventosa, com a área de 54,50 m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5456, da freguesia de Ventosa e inscrito na matriz sob o n.º 5422 - P, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 272,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 280,00. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**9.2 - PROPOSTA N.º 28/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2017):**-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoios às freguesias:-----

-----Ofício número 4851 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 01/10/2020 - deliberação do Executivo de 29/09/2020:-----

-----Junta de Freguesia da Ventosa - Atribuição de apoio financeiro como compensação pela disponibilização gratuita de instalações e respetivos consumos de água e luz, no âmbito do plano desenvolvimento da atividade física na 3.ª Idade - € 720,00.-----

-----Ofício número 5255 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19/10/2020 - deliberação do Executivo de 13/10/2020:-----

-----Junta de Freguesia do Turcifal - € 8.000,00 – obras de adaptação no edifício sede da freguesia no âmbito da prevenção da propagação do COVID-19. -----

-----Ofício número 5784 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/11/2020 - deliberação do Executivo de 10/11/2020:-----

-----Projeto “Brincar na Escola”:-----

-----União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira - € 885,00-----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - € 1.615,00 -----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 265,00 -----

-----União das Freguesias de Dois Portos e Runa - € 15,00 -----

-----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 915,00-----

-----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 1.620,00-----

-----Freguesia de São Pedro da Cadeira - € 440,00-----

-----Freguesia de Silveira - € 1.120,00-----

-----Total: € 6.875,00-----

-----Freguesia da Freiria - € 12.500,00 - Obras nas infraestruturas do loteamento de que é proprietária; e-----

----- União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo - € 20.000,00 - Obras no espaço enológico.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**10 - PROPOSTA N.º 69/CM/2020 - 1.ª ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR DO OESTE:** -----

----- Presente mail do presidente da Câmara de 13 de novembro último a remeter adenda ao protocolo e título, celebrada no dia 27 de outubro relativo à intervenção nos pavimentos da rede viária envolvente aos edifícios da Unidade de Torres Vedras do Centro Hospitalar do Oeste. -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* realçou que é um protocolo que parece que só o município de Torres Vedras tem obrigações e que as cumpre atempadamente, aproveitando a matéria para dar nota que continuam a aguardar a criação do serviço pediátrico, não têm informação sobre a criação de UCI e se já têm o aval do ministro das finanças para as obras das de remodelação e beneficiação das urgências em Torres Vedras, uma vez que esta informação ainda não chegou à comissão de saúde.-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que todos sabem o quanto é importante para o município de Torres Vedras e região o CHO, mas sabem que têm no espaço dois proprietários, e assim questionou se esta benfeitoria que o município se prepara para fazer se refere aos acessos dentro do perímetro do hospital e quem fica proprietário das mesmas.-----

----- Aludindo às questões colocadas o *presidente da Câmara*, quanto à pediatria informou que o estudo prévio foi elaborado pela autarquia e cabe ao CHO desenvolver as especialidades que estão em execução. Sobre a UCI informou que o secretário de estado adjunto de saúde já deu indicação ao coordenador nacional destas unidades, para encontrar soluções com a presidente do conselho de administração do CHO, contudo face ao período pandémico que atravessam é capaz de demorar na medida em que a preocupação agora é a resposta destas unidades aos doentes que precisam das mesmas. -----

----- Relativamente às urgências da unidade do hospital de Torres Vedras, informou que irá ter despacho após a publicação do orçamento geral de estado, onde está alocado o valor para esse efeito, lembrando que o PSD votou contra este documento. -----

----- Em relação às obras nos pavimentos da rede viária envolvente aos edifícios, informou que a intervenção foi em todo o perímetro e as benfeitorias ficam para os proprietários, Ministério da Saúde e Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.-----

----- De novo no uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer*, respeitante ao PSD ter votado contra o orçamento de Estado lembrou que o PS também já votou contra, quando o PSD era governo e certamente não era contra tudo o que lá estava.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**11 - PROPOSTA N.º 70/CM/2020 - PROPOSTA DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 5782 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/11/2020 a dar conhecimento que em sua reunião de 11/10/2020 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de clarificação do regime de benefícios e incentivos fiscais aplicável a edifícios integrados em Áreas de Reabilitação Urbana, a qual se remete, juntamente com a proposta delimitação de Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras de conformidade com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, na sua reunião de 13/10/2020, tendo em conta a competência deste órgão nesta matéria.-----

-----Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que fez uma breve introdução da proposta em análise, que considerou ser uma das principais medidas que o Executivo Municipal aprovou que objetiva a equidade territorial, a qual resultou de um processo participado, agradecendo ao vereador Bruno Ferreira e sua equipa todo o empenho que colocou na elaboração da mesma, em articulação com as juntas de freguesia, e que traduz a visão estratégica deste Executivo Municipal para todo o território, com base num conjunto de seis áreas de reabilitação urbana aprovadas ao longo dos últimos anos. Paralelamente é uma proposta articulada com o PDMTV, onde está incluída a carta do património edificado, assim como um outro instrumento que está a ser elaborado contendo a visão estratégica local da habitação, no sentido de terem políticas de habitação integradas e acima de tudo possibilitar o combate à desertificação, nomeadamente nas freguesias do interior. -----

-----Por último disse que há uns pequenos ajustamentos a fazer ao quadro regulamentar, que relevou do diálogo que foi desenvolvido entre a Câmara Municipal e Assembleia Municipal.-----

---- Foi pelo **presidente da Mesa** lida a proposta previamente recebida sobre este ponto: -----

-----Proposta do PS:-----

-----“Atento o constante na proposta de Área de Reabilitação Urbana (ARU) do concelho de Torres Vedras no que se refere ao Regime de benefícios fiscais expresso no capítulo 6 do documento, e tendo em consideração as sugestões e solicitações de clarificação manifestadas na sua análise e discussão, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe as seguintes alterações à sua redação:

-----O título "Regime de benefícios fiscais" passa a ser "Regime de benefícios fiscais e apoios municipais".-----

-----O número 6.1. passa a ter o título "Benefícios fiscais" e é -lhe retirado o ponto relativo às "taxas municipais". Todos os restantes pontos permanecem. -----

-----O número 6.2 passa a ter o título "Taxas e outros apoios municipais" e a ter como primeiro ponto



"Taxas municipais" com o seguinte texto: "Redução ou isenção de Taxas Municipais nos termos do Regulamento Municipal de liquidação e Cobrança de Taxas". Os restantes pontos permanecem.---

-----O número 6.3 passa a ter o título "Condicionantes para a atribuição de benefícios e apoios" e o texto inicia com "Os benefícios e apoios anteriormente descritos..." -----

-----Recomendação PS:-----

-----“Na sequência da alteração à redação do capítulo 6 — Regime de Benefícios Fiscais e Apoios Municipais- da Proposta de Área de Reabilitação Urbana (ARU) do concelho de Torres Vedras, a Assembleia Municipal reunida em 21 de dezembro de 2020 recomenda ao Executivo Municipal que proceda oportunamente à uniformização de tal regime em relação às restantes ARUS/ORUS.” -----

-----Deu nota ainda de que para além desta ARU, houve outras já aprovadas e que em matéria de taxas municipais e outros apoios não tem exatamente a redação agora proposta pelo PS e tendo em vista o princípio de igualdade compreende-se de retroativamente uniformizar esta matéria.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro*, disse que na primeira vez que o documento foi apresentado à CPL foi feita a alusão à necessidade de clarificação do capítulo 6, uma vez que verificaram diferenças nas redações das ARU já existentes. Acredita que se trata de um documento importante da política municipal de apoio ao desenvolvimento das comunidades do interior, com vista à recuperação do património que está destruído ou em vias de destruição.-----

-----Defendeu ainda que a proposta de clarificação do PS surge para que todos os regimes sejam claros para os cidadãos e que as restantes ARU venham a ter os mesmos benefícios. Quiseram distinguir entre os benefícios fiscais previstos na lei e os são da vontade do município em matéria de taxas e com a recomendação dar um ar simbólico e formal para que oportunamente, logo que seja possível preocuparem-se com a uniformização da redação das memórias respetivas descritivas.

-----Tendo em conta a proposta apresentada pelo PS e respetiva recomendação de uniformidade das ARU, *deputado municipal Vale Paulos* defendeu que se cumpre o princípio da igualdade de tratamento e equidade necessária, independentemente do território onde de insere, considerando esta proposta, uma mais-valia, que irá assegurar, a nível do concelho, condições de reabilitação com maior incidência nos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, atentas as novas medidas destinadas a agilizar e dinamizar a reabilitação urbana prevista no novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, salientando a alínea c) do art.º n.º 1 que se refere à regulamentação e reabilitação urbana de edifícios ou frações, ainda que localizados fora das áreas, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique uma intervenção de reabilitação destinada a conferir-lhe adequadas características de desempenho e de segurança.

-----Referiu ainda que a Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana do Concelho, é apresentada

como uma única ARU, com o objetivo de garantir uma maior coesão social e territorial, nomeadamente, na sensibilização da tomada de medidas tendentes a inverter o ciclo negativo do défice demográfico, bastante preocupante, principalmente nos dois quadrantes a nascente do concelho de Torres Vedras, através de uma estratégia municipal com o objetivo central da fixação da população, além da regeneração urbana dos núcleos mais degradados.-----

-----O **presidente da mesa** leu a proposta do PSD.-----

Regime de Benefícios e incentivos Fiscais e outros aplicáveis a edifícios em Áreas de Reabilitação Urbana:-----

-----“ O edificado do concelho está bastante deteriorado e as unidades de reabilitação são extensas e dispersas por todo o concelho.-----

-----As obras de reabilitação são caras e financeiramente podem não compensar, quando comparadas com a construção de edifícios novos.-----

-----A constituição das ARU são um pretexto exemplar para a adoção de medidas excecionais inscritas na política municipal de reabilitação do edificado.-----

-----O grupo municipal do PSD propõe:-----

-----1 – A inscrição no articulado da ARU do Concelho de Torres Vedras de norma que preveja a revisão da área abrangida por este instrumento quando se verifique que ficaram excluídos edifícios suscetíveis de reabilitação.-----

-----2 – O lançamento de nova edição do Programa Revitalizar e Rejuvenescer (PR3) com o mesmo texto do (PR2) mas excluindo o limite de idade dos munícipes, no sentido de se constituir como uma verdadeira medida inclusiva de promoção da reabilitação urbana, e abrangendo ações de reabilitação que se encontrem concluídas até 31/12/2023.-----

-----Torres Vedras, 21 dezembro 2020 – Rita Sammer.”-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* congratulou-se com a delimitação em causa que traduz uma medida e um instrumento importante inscrito não só no ordenamento do território mas também nos mecanismos de reabilitação urbana que se pretendem e o grupo municipal do PSD também está de acordo com a proposta de clarificação do PS.-----

-----A sua intervenção vai no sentido de não perceber como é que as alterações propostas vêm reforçar o incentivo à reabilitação uma vez que a ARU de Arenes e da Cidade referem inequivocamente a isenção de taxas em todas as operações urbanísticas, parecendo-lhe estranho que vão acertar todas, mas acertar por baixo.-----

-----Acrescentou que, tendo em conta o edital n.º 59/2018 que está em vigor, há um voltar atrás algumas deliberações da Câmara Municipal vertidas para o texto de duas ARU em vigor e tem

dúvidas que se possa retroagir retirando os benefícios que objetivamente lá estão explicitados, não tendo dúvidas que se pode revogar o edital, mas permanece a questão de fundo se atentarem que este instrumento é fundamentalmente para o edificado em Torres Vedras, quanto ao peso que as políticas municipais devem conferir à obras reabilitação urbana, sendo nesse sentido que vai a proposta do PSD.-----

----Tem dúvidas se esta nova redação é possível e se não cabe à Assembleia Municipal salvaguardar e aprovar medidas que imponham um cariz de apoio inequívoco às obras de requalificação.-----

----No seguimento desta intervenção o **presidente da Mesa** deu nota que a proposta do PS deixa a possibilidade de redução ou isenção nas mãos do Executivo Municipal, em manter a deliberação de maio de 2018 e tem isenção de taxas ou assume o risco político de que não é sustentável e tem que ser uma redução.-----

----Reforçou que a proposta do PS transfere o ónus para o Executivo tendo subjacente a preocupação de que possa haver um grande incremento de candidaturas que resulte numa redução das receitas municipais e não crê que haja contradição com as posições assumidas anteriormente, porque acomoda as posições deste órgão.-----

----Quanto à proposta do PSD há uma questão que poderá ser pertinente ao admitir a hipótese de revisão das delimitações das áreas abrangida por este instrumento quando se verifique que ficaram excluídos edifícios suscetíveis de reabilitação.-----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* explicitou que com a proposta pretendem remeter a redução ou isenção para o regulamento de taxas e quanto à proposta do PSD entendem que a preocupação expressa no n.º 1 está acautelada na alínea c) do n.º 1 do novo regime de reabilitação urbana, mas o ponto 2 embora lhe pareça pertinente não tem cabimento num documento com estas características.-----

----Pedi de novo no uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer* disse que também tem noção que o lançamento de uma PR3 terá que ser feito de outra forma, mas o que os preocupa uma vez que a resposta técnica relativa às diferenças nos regimes de benefícios e incentivos fiscais aplicáveis a cada uma das ARU em vigor vem claramente no sentido de nivelar tudo por baixo, temendo que esta falta de assertividade possa não ser a melhor resposta para a questão da reabilitação urbana.-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que tiveram esta discussão na comissão permanente de líderes onde constataram que apesar de haver seis ARU havia grandes discrepâncias entre elas e foi nesse pressuposto que tiveram reuniões com os técnicos que os

elucidaram sobre as diferenças, contudo acha estranho que a primeira remonte a 2013 e ninguém o tenha visto. -----

----- Referiu que agora foi redigido de forma diferente mas ainda assim parece-lhe uma mão cheia de nada, pois os benefícios são diminutos comparativamente com outros concelhos, concretamente Mafra onde existe um programa municipal de verdadeiro incentivo à manutenção do património urbano, para além de que sendo um processo complexo e muito burocrata teme que as pessoas tenham um difícil acesso ao mesmo. -----

----- Face ao exposto, no seu entender a proposta em apreço não defende a reabilitação do património no concelho, e apesar de ser melhor que nada, fica muito aquém do que podia ter sido feito desde 2013. -----

----- Em resposta ao orador anterior o **presidente da Câmara**, fez notar que sendo um empresário de sucesso que trabalha na área de reabilitação urbana e conhecedor destas matérias devia estar a par do trabalho progressivo que tem sido feito no centro histórico de Torres Vedras, através do modelo de incentivos existentes, lembrando que para além da ARU que estão a discutir e que abrange todo o território, já estão em vigor no concelho seis áreas de reabilitação urbana, que são Encosta de S. Vicente, Boavista/Olheiros, Arenes, cidade de Torres Vedras e Santa Cruz, pelo que utilizar o termo “mão cheia de nada” não foi o melhor. -----

----- Frisou que a implementação destas áreas de reabilitação são um passo importante para terem políticas ativas de reabilitação local ao nível do edificado e nesse sentido existem políticas fiscais nacionais cuja aplicação de benefícios e incentivos é inerente ao estatuto destas áreas enquanto ARU e as de dimensão local que o município possa entender aplicar supletivamente e que se encontram previstas no regulamento municipal de taxas. Referiu ainda que as taxas urbanísticas têm um peso importante nas receitas, mas os passos que agora foram dados não põem em causa a sustentabilidade económica/financeira da Câmara Municipal. -----

----- Por esta altura o **presidente da mesa** deu a conhecer ao plenário que tinham pedido para se ausentar dos trabalhos o deputado municipal Jacinto Leandro e João Carlos Caldeira respetivamente, presidente da Assembleia e presidente de junta do Turcifal, para participarem na reunião do órgão deliberativo desta freguesia. -----

----- De seguida colocou à votação as propostas apresentadas: -----

**VOTAÇÕES:** -----

----- Proposta do PS: -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor e 2 abstenções aprovar a proposta em título. -----

-----Anota-se que se absteve o CDS-PP. -----

-----Recomendação do PS :-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor e 2 abstenções aprovar a recomendação em título. -----

-----Anota-se que se absteve o CDS-PP. -----

-----Proposta do PSD: -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 19 votos contra, 5 abstenções e 10 votos a favor reprovou a proposta do PSD.-----

-----Anota-se que se abstiveram CDS, BE e PCP e votaram a favor PSD, Natalina Luís e João Tomaz. -----

-----Documento base:-----

-----Tendo presente a competência deste órgão deliberativo prevista no n.º 1, do art.º 13º, do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23/10, (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 32/2012, de 14/08, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a Delimitação de Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras, por maioria de 32 votos a favor e 2 abstenções com a seguinte alteração ao capítulo 6, também aprovada por maioria: -----

-----“O título "Regime de benefícios fiscais" passa a ser "Regime de benefícios fiscais e apoios municipais". -----

-----O número 6.1. passa a ter o título "Benefícios fiscais" e é -lhe retirado o ponto relativo às "taxas municipais". Todos os restantes pontos permanecem. -----

-----O número 6.2 passa a ter o título "Taxas e outros apoios municipais" e a ter como primeiro ponto "Taxas municipais" com o seguinte texto: "Redução ou isenção de Taxas Municipais nos termos do Regulamento Municipal de liquidação e Cobrança de Taxas". Os restantes pontos permanecem.---

-----O número 6.3 passa a ter o título "Condicionantes para a atribuição de benefícios e apoios" e o texto inicia com "Os benefícios e apoios anteriormente descritos..." -----

-----Aprovou também por maioria a seguinte recomendação: -----

-----“Na sequência da alteração à redação do capítulo 6 — Regime de Benefícios Fiscais e Apoios Municipais - da Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do concelho de Torres Vedras, a Assembleia Municipal reunida em de 21 dezembro de 2020, recomenda ao Executivo Municipal que proceda oportunamente à uniformização de tal regime em relação às restantes ARUS/ORUS.”-----

-----Absteve-se o CDS e em todas as votações deste ponto também se encontrava ausente da sala Celso Carvalho. -----

**12 - PROPOSTA N.º 71/CM/2020 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30/04 – FREGUESIA DA FREIRIA – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES:**-----

-----Presente ofício número 6110 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/11/2020 a dar conhecimento que, tendo a Assembleia Municipal de Torres Vedras, na sua reunião de 30/09/2019, realizada no âmbito da sessão ordinária iniciada em 16/09, deliberado aprovar a proposta para a transferência de recursos para a Freguesia de Freira, nos termos do n.º 5, do artigo 38.º, da Lei n.º 50/2018, de 16/08, e nos termos do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, com a redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 21/2019, de 16/05, com vista ao exercício por aquela autarquia das competências compreendidas nas alíneas a), b), c), d), e), f) e l) do n.º 1, do artigo 2.º, do mesmo diploma e que segundo o n.º 3, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, na sua atual redação, os recursos já aprovados podem ser alterados por acordo entre o Município e a Freguesia, devendo ser adotados os procedimentos definidos no artigo 5.º, do mesmo diploma, em cumprimento do n.º 2 do artigo 19.º do Auto de Transferência de Competências, celebrado entre o Município de Torres Vedras e a Freguesia de Freiria a 15/10/2019, veio a Junta de Freguesia de Freiria, através do seu ofício n.º 17/2020, propor um acréscimo de € 16.768,00 para o reforço do exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 2.º, do citado decreto-lei, relativa à “gestão e manutenção de espaços verdes”.-----

-----Informa ainda que face ao exposto a Câmara Municipal, em sua reunião de 24/11/2020, deliberou transferir anualmente para a Junta de Freguesia de Freiria o montante de € 90.000,00, que resulta do somatório do montante solicitado pela Junta de Freguesia ao valor anteriormente acordado e já comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais de € 73.232,00 e que após deliberação favorável dos órgãos deliberativos do Município e da Freguesia será celebrada uma adenda ao referido auto conforme n.º 3, do artigo 19.º, do Auto de Transferência de Competências, pelo que submetem a presente proposta de transferência de recursos à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação e consequente deliberação.-----

-----O **presidente da Câmara** deu nota que após avaliação freguesia a freguesia, verificaram a necessidade de reajustar as verbas à Freiria no que se refere à gestão e manutenção de espaços verdes, aproveitando para expressar felicitações a todos os presidentes de junta que têm contribuído para ter um território mais coeso e de prestar serviços de proximidade. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta para a transferência para

a Junta da Freguesia da Freiria de recursos financeiros no montante de € 90.000,00 com vista ao exercício por esta autarquia das competências previstas nas alíneas a), b), c), d), e), f) e l) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, com efeitos a 1 de janeiro de 2021. -----

**13 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:**-----

**13.6 - PROPOSTA N.º 77/CM/2020 - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DA AZENHA DA PONTE PARA NÚCLEO MUSEOLÓGICO:**-----

-----Presente ofício número 6105 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25/11/2020 a informar que em sua reunião de 24/11/2020, deliberou aprovar a abertura do procedimento para realização da empreitada em título, cujo preço base (valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela empreitada) será de € 187.785,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e resulta da estimativa de custos entregue com o projeto de execução, não se conhecendo outras contraprestações a efetuar em favor do adjudicatário. Tendo em conta que a obra terá um prazo máximo de 245 dias de calendário, e ocorrerá em 2021 e que o encargo decorrerá nesse mesmo ano, a abertura do procedimento carece de autorização prévia da Assembleia Municipal., pelo que remetem o processo para efeitos de deliberação quanto à repartição de encargos. -----

-----O **presidente da Câmara** relevou o trabalho importante que a autarquia tem vindo a fazer, inicialmente ao reabilitar a Azenha de A-dos-Cunhados com a Associação Pro-Memória e depois a de Santa Cruz, já com vista a criar uma rota integrada das azenhas no território, seguindo-se agora a Azenha da Ponte no Ameal, para a qual tiveram no Programa Leader (valorização dos territórios do interior) oportunidade de uma candidatura aprovada e consideram que estão agora em condições de lançar esta empreitada que visa dar um carácter público ao edifício e demonstrar como funcionava antes de a azenha parar de laborar e para o qual têm um espólio interessante que foi doado ao município por uma pessoa da terra. -----

-----Acrescentou que será um espaço de visitação e para projetos educativos, estando o município em paralelo a desenvolver trabalho que se refere aos moinhos de vento, já tendo adquirido um na Freiria e a ultimar a aquisição do moinho da Gondruzeira, mas não é um espaço para ser a sede da empresa municipal Promotorres. -----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro** felicitou a Câmara Municipal por esta iniciativa, dando nota que se orgulha da recuperação que foi feita no moinhos dos Caixeiros onde se vende pão, recomendando que à semelhança deste, para todos estes espaços se encontre algo que os dinamize complementarmente, manifestando o desejo de que a azenha em causa não seja apenas um espaço museológico no sentido estático. -----

-----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** louvou estas iniciativas a bem do património, esperando

que seja cumprido o prazo previsto para a sua construção, que remete a inauguração a poucos dias das eleições autárquicas.-----

-----O *deputado municipal* **Vale Paulos** saudou a reabilitação deste património que já está na posse do município há bastante tempo, sendo uma mais-valia para a quantidade enorme de azenhas que existe na sua maioria de privados sobretudo nas bacias hidrográficas do Sizandro e Alcabrichel e principais afluentes.-----

-----Tendo conta que está prevista uma rede de museus ligados ao laborar destas azenhas em conjugação com os moinhos de vento e água, questionou se está previsto alargar esta rede para maior valorização também aos privados.-----

-----O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** saudou o facto de a Câmara Municipal ter adquirido para expor na azenha a citada coleção, valorizando a intervenção do colega que deu nota que os espaços museológicos têm que ter outras vertentes exemplificando com o moinho de Caixeiros mas não podem esquecer que fica a caminho de Santa Cruz e a localidade do Ameal não tem a mesma localização privilegiada.-----

-----Também valorizou as palavras do colega Vale Paulos sobre os moinhos de vento.-----

-----A *deputada municipal* **Teresa Oliveira** manifestou-se agradada com a iniciativa contudo solicitou que o edil esclarecesse se a coleção de peças em madeira foi doada ou adquirida, bem como o montante de quase €200.000,00 uma vez que em 2014 disse que as obras eram necessárias, mas não de grande monta sem contar que já gastaram €150.000,00 na aquisição da azenha, o que a surpreendeu -----

-----O **presidente da Câmara** disse que era importante a salvaguarda deste património, fazendo votos que esta obra possa ser inaugurada no dia 11 de novembro do próximo ano. Deu nota ainda que todo o modelo está alicerçado nas ARU onde está mapeado muito deste património que está vertido na carta do património, como ponto de partida para a criação uma rede muito mais abrangente de azenhas e moinhos.-----

-----Informou ainda que a coleção foi adquirida pela Câmara Municipal e fará parte do espólio de reabilitação da azenha e o valor envolvido resulta do facto de este engenho necessitar de um trabalho artesanal complexo.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, deliberou por maioria de 31 votos a favor e 2 abstenções autorizar a repartição de encargos da empreitada de reabilitação de edifício da azenha da ponte de para núcleo museológico para 2021 - €187.785,00.-----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do PCP e não se encontravam na sala



João Pedro Gomes e Celso de Carvalho -----

**14 - PROPOSTA N.º 79/CM/2020 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL - PROCESSO DE OBRAS OP/308/2009 – REQUERIMENTO OP/8419/2020 - ADEGA MÃE - SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA. – ALTERAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE DESTINADA A INDÚSTRIA TRANSFORMADORA – AGROINDÚSTRIA (ADEGA) - CASAL DA CHEIRA – FERNANDINHO - FREGUESIA DE VENTOSA.**-----

-----Presente ofício número 6224 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2/12/2020 a dar conhecimento que na sua reunião de 27/11/2020, tendo em conta que se trata de uma atividade complementar diretamente relacionada com a promoção da adega e da região vitivinícola, estando em linha com iniciativas que se tem assistido ao longo do País em situações similares e que não retiram o uso principal da edificação (produção de vinhos), deliberou considerar o pedido de alteração de edificação a que se refere o processo em título, de interesse municipal, enquadrando-o no regime de exceção, previsto no artigo 130.º do regulamento do PDMTV, remetendo o processo para efeitos de ratificação. -----

-----O **presidente da Câmara** fez notar que este assunto já passou pelo plenário aquando do processo inicial, tendo o promotor entendido prestar melhores serviços e nesse sentido candidatar esta unidade ao Turismo de Portugal, sem descurar que se trata de uma das principais unidades de enoturismo no município, área onde se tem vindo a posicionar em termos de oferta e de destino turístico e hoje já existirem 12 unidades no concelho. -----

-----Aproveitou este assunto informar que Torres Vedras vai acolher a 12.ª edição do Concurso Mundial de Sauvignon, marcada para os dias 12 e 13 de março de 2021, o maior e mais importante concurso internacional de vinhos Sauvignon considerando extremamente relevante poderem acolher este concurso tendo em conta a relevância da vinha e do vinho, e o seu impacto na economia do concelho, mas também pela sua dinâmica social e cultural.-----

-----Interveio de seguida o *deputado municipal* **António Carneiro** para salientar o muito que esta unidade tem contribuído para o prestígio do município de Torres Vedras, com menções excecionais das quais tem tido conhecimento, em complemento a programas de hotéis uma vez que a prova de vinhos está muito na moda na Europa e o vinho tornou-se produto muito nobre não só a nível de consumidores mas também em termos culturais. -----

-----A propósito deste assunto teceu algumas considerações relativamente à promoção dos Vinhos de Lisboa que a seu ver deixa muito a desejar, considerando incompreensível, até em Torres Vedras, a falta estratégia clara a nível dos supermercados e espaços expositivos, deixando ao edil esta recomendação uma vez que a promoção é fundamental.-----

-----O deputado municipal **Luís Carlos Lopes** salientou que a Câmara Municipal tem tido um papel importante e alguma responsabilidade no setor mas independentemente do que disse o colega que o antecedeu com certa razão, também a pandemia promoveu dificuldades a muitas das adegas do concelho e a promotores individuais nomeadamente a nível de promoção e valorização nos vários mercados e postos de venda. -----

-----Quanto à preocupação manifestada pelos deputados, **o presidente da Câmara** assegurou que é um trabalho que está ser feito com a CVR (Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa), dando nota que aquando da Cidade Europeia do Vinho reuniu com os gestores de lojas do concelho no sentido de comercializarem os Vinhos de Lisboa.-----

-----Deu nota ainda que mesmo em pandemia o crescimento de venda de vinho engarrafado está a aumentar na região de Lisboa, quer no mercado nacional quer internacional fruto de esforço que está a ser feito com as redes de distribuição e superfícies comerciais nesta vertente e também a nível do concelho têm sido feitas ações com a restauração para colocar estes vinhos à mesa dos torrienses. -----

-----Por fim lembrou que estas unidades de Enoturismo têm tido um papel muito importante pois são os grandes embaixadores dos Vinhos de Lisboa, onde estão incluídos os vinhos de Torres Vedras.

-----Passou-se de seguida à votação. -----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista no n.º 1 do art.º 130.º do regulamento do PDMTV deliberou por maioria de 33 votos a favor e 1 abstenção ratificar a declaração de interesse municipal - processo de obras OP/308/2009 – requerimento OP/8419/2020 - Adega Mãe - Sociedade Agrícola, Lda. – Alteração de edificação existente destinada a indústria transformadora – Agroindústria (adeqa) - Casal da cheira – Fernandinho - Freguesia de Ventosa.--

-----Anota-se que se absteve o deputado municipal Nuno Henriques.-----

-----**ADITAMENTO:**-----

-----O presidente da Mesa, ao abrigo do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, colocou à admissibilidade do plenário aditar na ordem de trabalhos, o assunto abaixo indicado, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE – CEDÊNCIA, GESTÃO E UTILIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DESPORTIVO PÚBLICO – AUTORIZAÇÃO PARA ONERAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL:**

-----Presente ofício número 6338 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10/12/2020 a dar conhecimento que em sua reunião de 09/12/2020 atenta a competência do órgão deliberativo prevista no art.º 25.º, nº 1, al i), da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, para autorizar a

oneração de bens imóveis do domínio privado municipal de valor superior a 1000 vezes a RMMG (€ 635.000,00), deliberou submeter o assunto em epígrafe à assembleia municipal para a devida autorização.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu a anuência do plenário para introduzir o assunto na ordem de trabalhos e fez um historial detalhado sobre o assunto, salientando que estão em condições de encontrar os melhores mecanismos de cooperação com o centenário SCUT, instituição que faz parte da história do concelho, através da celebração de um contrato programa de desenvolvimento desportivo para cedência, gestão e utilização do património desportivo público – Complexo Desportivo Municipal Manuel Marques - e para o qual tinham em vigor um contrato de comodato que definia o regime de utilização do estádio municipal “Manuel Marques”. -----

-----Acrescentou que há alguns anos a autarquia adquiriu a várzea de Arenas para aí desenvolver o seu complexo desportivo, para onde estava projetado um campo de futebol e as piscinas municipais, tendo entendido que, face à dinâmica da cidade e à existência das piscinas das Física, podiam ter neste local um conjunto de valências associadas à prática desportiva de formação. -----

-----Aproveitou para agradecer à atual direção dando nota que à data o clube tem 543 atletas de formação nas modalidades de futebol, futsal, atletismo e rãguebi, relevando o facto de 15,1% serem do sexo feminino que vai na senda das políticas de apoio à atividade desportiva que a Câmara Municipal tem vindo a implementar. -----

-----Por último deu nota que o SCUT e para melhor desenvolvimento do seu projeto desportivo apresentou um pedido de apoio visando a ampliação das instalações através da construção de dois campos de treino relvado e de estruturas de apoio em prédios rústicos situados a norte do estádio e que integram o domínio privado do município, tendo o mesmo sido formalizado através do citado contrato programa, que considera ser o primeiro passo para a requalificação de todas aquela zona. -----

-----O **presidente da Assembleia** apresentou ao plenário a seguinte proposta de alteração ao contrato programa em análise, de sua autoria, e que se transcreve na íntegra.-----

-----“**Proposta de alteração - Contrato-programa de desenvolvimento desportivo Sport Clube União Torreense:**-----

-----No contrato-programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar entre o Sport Clube União Torreense e o Município, e nos anexos que dele fazem parte integrante, o património desportivo público descrito na alínea a) do n.º 2 da cláusula 1.ª do mesmo contrato-programa, deve ser sempre denominado nos sobreditos documentos "Estádio Municipal Manuel Marques" o que não se verifica, por diversas vezes, no respetivo anexo II. -----

-----O património desportivo público que, na sua globalidade, é o objeto do contrato-programa, deve

ser sempre denominado "Complexo Desportivo Municipal Manuel Marques", conforme descrito no n.º 2 da cláusula 1.ª o que nem sempre se verifica, como na parte inicial do n.º 2 da cláusula 8. ----

-----O representante do Município, designado como outorgante do contrato-programa, deve ser identificado como "Presidente da Câmara Municipal" e não "Presidente do Município" como se verifica.-----

-----Relativamente ao n.º 1 da cláusula 8.ª onde consta "referidas na alínea a) do n.º 2 da cláusula 1.ª " deve constar "referidas no n.º 2 da cláusula 1ª", por razões óbvias. -----

-----O teor do n.º 3 da cláusula 8.ª deve ser alterado para o seguinte teor:-----

-----"Todas as obras efetuadas no Complexo Desportivo Municipal Manuel Marques passam a fazer parte integrante do imóvel cedido, sem direito a retenção ou indemnização por benfeitorias." -----

-----Deve ser inserida no contrato-programa uma nova cláusula pela qual, com o início de vigência do mesmo, ficam extintos todos os efeitos do contrato de comodato outorgado em 2014 entre o Município e o Sport Clube União Torreense, versando o atual Estádio Municipal Manuel Marques. Assim a Lei o determina. -----

-----Nos cento e oitenta dias anteriores ao final da vigência do contrato programa de desenvolvimento desportivo, atenta a avaliação da execução que as partes farão, as mesmas negociarão novo contrato-programa se assim o determinar o interesse público, a tempo de prevenir qualquer vazio contratual. Esta será uma nova cláusula a inserir no contrato-programa. -----

-----No n.º 2 da cláusula 12.ª a referência "quaisquer condutas do Primeiro Outorgante" deve ser substituída por "quaisquer condutas do Segundo Outorgante".-----

-----O teor do n.º 2 do anexo II deve ser substituído por outro onde conste que:-----

-----"O contrato-programa entra em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município e cessa os seus efeitos 4 (quatro) anos decorridos". (cfr. artigo 14.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro). -----

-----Torres Vedras, 14 de dezembro de 2020 – José Augusto Carvalho". -----

-----O *presidente de junta da Ponte do Rol* **Pedro Vaza** pediu a palavra para tecer algumas considerações pessoais sobre o clube em causa, que lhe é muito especial, e para alertar que só sobrevirá com investimento porque dá prejuízo e que este contrato programa só implica à autarquia a construção de um campo o que é pouco pois assim não tem condições para manter a sua dinâmica apelando a colaboração de todos nesse sentido. -----

-----Regozijou-se com a referência positiva feita ao futebol feminino, pois foi de sua autoria a implementação desta valência na altura na expectativa de que seria assim que iriam ser reconhecidos a nível nacional, mas quanto ao acréscimo do número de atletas alertou que tem que haver um

equilíbrio na formação relativamente à sua proveniência tendo em conta os outros clubes do concelho e os aspetos competitivos inerentes e ainda que devia ser acautelado um determinado número de jogadores do concelho na equipa sénior.-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso*, disse que o objetivo do desporto nestas idades é formar cidadãos para o desporto e para a sociedade e não atletas, dando os parabéns pelo que o Torriense tem feito.-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* lamentou que se estivesse a falar de futebol o tempo todo, e como não prescinde de uma piscina municipal vai abster-se-----

-----O **Presidente da Câmara** deu os parabéns ao presidente da Assembleia Municipal pelo trabalho colaborativo que salvaguarda o interesse público e o SCUT. -----

-----Quanto às intervenções proferidas, deu nota que a formação é uma aposta do município que apoia 2300 atletas em cerca de 20 modalidades, e sabe que nessa vertente a direção do SCUT está a fazer um grande esforço de cooperação com os vários clubes do concelho, considerando igualmente importante o apelo que o autarca fez no que se refere à equipa principal, que deve ser direcionado à SAD, mas no contrato programa não faz sentido. -----

-----Deu nota ainda que no orçamento para 2021 não conseguiram alocar o 2.º campo relvado mas vão trabalhar nesse sentido, não só para o futebol mas para outras modalidades no sentido de haver no concelho uma oferta diversificada para a prática desportiva e de formação.-----

-----Terminadas as intervenções o presidente da Mesa colocou à votação a proposta de alteração apresentada:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 1 abstenção de Maria Teresa Oliveira, aprovar a alteração em título.-----

-----Documento base:-----

-----A Assembleia Municipal fazendo uso da sua competência prevista no art.º 25.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, aprovou, por maioria de 30 votos a favor e 2 abstenções o contrato programa com a alteração acima transcrita.-----

-----Anota-se que se absteve Maria Teresa Oliveira e Paulo Valentim e não se encontravam na sala Jacinto Leandro, Nuno Henriques, Paula Mota, Celso Carvalho e João Caldeira.-----

-----**Declaração de voto de Paulo Valentim:**-----

-----"Votei abstenção por não estar em total acordo quanto ao modelo de gestão constante na Cláusula 6.ª Gestão do Complexo Desportivo Municipal"-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da

ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 22:30 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia. -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---